

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

**Reunião n.º 33**

5 de junho de 2023

(18:07 h – 21:40h)

**Ordem do dia:** — 1.ª Parte — Apreciação e votação de requerimentos. Requerimento n.º 89 — GP do PCP que requer ao Ministro da Justiça: «O registo da conservatória de todos os sócios e membros da gerência da empresa Atlantic Gateway, incluindo os registos de início e termo de funções, bem como as eventuais referências a erros administrativos e diligências para os corrigir, entre os anos de 2015 e 2021»; Requerimento n.º 90 — GP do CH que requer nova audição do Ministro das Infraestruturas João Galamba e da Chefe de Gabinete, Eugénia Correia; Requerimento n.º 91 — GP do CH que requer a prorrogação do prazo temporal dos trabalhos da CPI TAP e Requerimento n.º 92 — GP do PCP que requer a documentação relativa à situação da Manutenção e Engenharia Brasil.

2.ª Parte —Audição do Sr. Dr. Mário Centeno, na qualidade de ex-Ministro das Finanças, acompanhado pela Sr.ª Dr.ª Maria João Gago.

**Presidente da Comissão:** António Sales (PS)

**Deputados Oradores:** Pedro Filipe Soares (BE)

Bruno Dias (PCP)

Rita Borges Madeira (PS)

João Barbosa de Melo (PSD)

Bernardo Blanco (IL)

Patrícia Dantas (PSD)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 18 horas e 7 minutos.*

Vamos ver se diminuámos o ruído na sala para conseguirmos comunicar.

Temos hoje, na primeira parte da nossa reunião, a apreciação e votação de quatro requerimentos: o requerimento n.º 89, do Grupo Parlamentar do PCP, que requer ao Ministério da Justiça o registo da Conservatória de todos os sócios e membros da gerência da empresa Atlantic Gateway, incluindo os registos de início e término de funções, bem como as eventuais referências a erros administrativos e diligências para os corrigir, entre os anos de 2015 e 2021; o requerimento n.º 90, do Grupo Parlamentar do Chega, que requer nova audição do Ministro das Infraestruturas, João Galamba, e da Chefe de Gabinete, Eugénia Correia; o requerimento n.º 91, do Grupo Parlamentar do Chega, que requer a prorrogação do prazo temporal dos trabalhos da CPI TAP; e o requerimento n.º 92, também do Grupo Parlamentar do PCP, que requer documentação relativa à situação da Manutenção e Engenharia Brasil.

Como não está ainda presente o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP, sugeria começarmos pelo requerimento n.º 90, do Grupo Parlamentar do Chega, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, a si e a todos os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, com a sua aprovação, eu explicava sucintamente os dois requerimentos de uma só vez. O primeiro tem a ver com a repetição das audições — repetição, não, com novas audições — ao Sr. Ministro das

Infraestruturas, João Galamba, e à sua Chefe de Gabinete, a Dr.<sup>a</sup> Maria Eugénia Correia, porque depois de analisarmos, mais do que uma vez, os vídeos das duas audições, percebemos, facilmente, que há uma série de contradições entre ambos e, cruzando também com o que foi dito pelo Dr. Frederico Pinheiro, chegamos a essa conclusão, infelizmente. E como é uma conclusão que, de todo o modo, desvirtua o que se pretende com esta Comissão de Inquérito, que é apurar a verdade dos factos, entendemos que devem ser dadas segundas oportunidades, para que ambos consigam, por eles próprios, repor a verdade nesta Comissão.

Em relação ao pedido de prorrogação do prazo, uma vez que vamos pedir novas audições e que a agenda de quem pedimos para ser ouvido não está naturalmente à nossa disposição, entendemos também que, para os trabalhos da Comissão, é produtivo que se aumente o respetivo prazo.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se mais algum dos Srs. Deputados se quer referir a estes dois requerimentos.

*Pausa.*

Não havendo, vamos passar então...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas não vai ser no final?

O Sr. **Presidente**: — Eu estava a fim de irmos um por um e de podermos falar. Mas se entenderem que deverá ser feito em conjunto, no final, também podemos fazê-lo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Por mim, preferia discutir todos no final, se me permitisse.

O Sr. **Presidente**: — Votamos, portanto, e depois da votação discutimos todos no final ou como é que pretendem?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Peço desculpa, deve ser erro de compreensão meu. O Sr. Presidente queria já votar os requerimentos?

O Sr. **Presidente**: — O que normalmente fazemos é dar a palavra a quem faz a apresentação do respetivo requerimento e depois perguntar se os Srs. Deputados se querem referir a cada um dos requerimentos ou em conjunto e, depois, votarmos os respetivos requerimentos.

Se o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares quiser referir-se já a estes requerimentos, poderá fazê-lo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, quero só dizer que são manifestas as contradições nos depoimentos e, depois, não em depoimentos, mas nas declarações públicas feitas fora desta Comissão sobre os acontecimentos relativos à noite de 26 de abril e, por isso, parece-nos pertinente haver esclarecimentos sobre essa matéria.

No que toca ao prazo da Comissão, temos uma posição mais ou menos agnóstica sobre o tema. Desde que o período final nos garanta que consigamos alcançar o objetivo da Comissão, que é apurar o conjunto de factos sobre as matérias pela qual ela foi criada, não temos nenhum problema que ela dure até ao tempo previsto. Se virmos que é necessário mais tempo, também não temos nenhum problema em prolongar o prazo. Temos uma visão mais ou menos instrumental nessa vertente.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se mais algum dos Srs. Deputados pretende intervir.

Sr. Deputado Bruno Dias, faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Quero apenas assinalar que o PCP já transmitiu a sua posição sobre estas matérias. A nossa posição não se alterou, vamos votar em conformidade com a posição que temos vindo a assumir relativamente a isto.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado pretende usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, eu fiquei sem perceber o que disse o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP. Eu não conheço a posição do PCP em relação a esta matéria. Portanto, se o Sr. Deputado quiser fazer o favor de informar a Comissão, nós ficamos gratos.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se alguém quer usar da palavra. Não havendo mais ninguém, eu sugeria que se passasse à votação dos respetivos requerimentos.

Votamos, em primeiro lugar, o requerimento n.º 90, do Grupo Parlamentar do Chega, que requer nova audição do Ministro das Infraestruturas, João Galamba, e da Chefe de Gabinete, Eugénia Correia.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor do Deputado do CH Filipe Melo e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro,*

*João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas e Paulo Moniz e do Deputado do PCP Bruno Dias, registando-se a ausência do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Votamos, agora, o requerimento n.º 91, do Grupo Parlamentar do Chega, que requer a prorrogação do prazo temporal dos trabalhos da CPI TAP.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz e do Deputado do PCP Bruno Dias, o voto a favor do Deputado do CH Filipe Melo e abstenções dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas e Paulo Moniz e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares, registando-se a ausência do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Passamos, agora, ao requerimento n.º 89, do Grupo Parlamentar do PCP, e a cada um *per si*. Não sei se o Sr. Deputado Bruno Dias quer tomar da palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Julgo que não é necessário, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não querendo, pergunto se algum dos Srs. Deputados pretende reportar-se a este requerimento.

*Pausa.*

Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, não querendo abusar, é possível ler novamente os requerimentos, porque não fiquei com ideia do seu conteúdo.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. O requerimento n.º 89, do Grupo Parlamentar do PCP, requer ao Ministério da Justiça o registo da Conservatória de todos os sócios e membros da gerência da empresa Atlantic Gateway, incluindo os registos de início e término de funções, bem como as eventuais referências a erros administrativos e diligências para os corrigir entre os anos 2015 e 2021. Este é o requerimento n.º 89. O requerimento n.º 92 requer a documentação relativa à situação da Manutenção e Engenharia do Brasil.

Não sei se alguém se quer referir ao requerimento n.º 92.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Melo

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se não se importar, refiro-me já aos dois. O Grupo Parlamentar do Chega votará, naturalmente, contra, porque fogem ao âmbito desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Penso, então, que estamos em condições de poder votar cada um destes requerimentos.

Vamos votar o requerimento n.º 89, do Grupo Parlamentar do PCP, que requer ao Ministério da Justiça o registo da Conservatória de todos os sócios e membros da gerência da empresa Atlantic Gateway, incluindo os

registros de início e término de funções, bem como as eventuais referências a erros administrativos e diligências para os corrigir, entre os anos de 2015 e 2021.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas e Paulo Moniz, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e o voto contra do Deputado do CH Filipe Melo, registando-se a ausência do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Votamos, de seguida, o requerimento n.º 92, do Grupo Parlamentar do PCP, que requer documentação relativa à situação da Manutenção e Engenharia Brasil.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PS Ana Bernardo, António Sales, Bruno Aragão, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz, dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, João Barbosa de Melo, Patrícia Dantas e Paulo Moniz, do Deputado do PCP Bruno Dias e do Deputado do BE Pedro Filipe Soares e o voto contra do Deputado do CH Filipe Melo, registando-se a ausência do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

O Sr. Deputado Filipe Melo está a pedir a palavra. Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, era só para ficar devidamente registado em ata que o Grupo Parlamentar do Chega não se revê neste conluio entre PS e PCP, porque, volto a dizer, se há vários



requerimentos que são rejeitados — e nós percebemos, é a democracia a funcionar — por estarem fora do âmbito da Comissão, eu relembro, Srs. Deputados, qual é o âmbito da Comissão: gestão da tutela política na TAP, no período de 2020 a 2022. O que acabámos de aprovar agora já remonta a 2015, portanto, não me parece, de todo, que seja do âmbito desta Comissão.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é, naturalmente, favorável, porque enquanto se vão buscar coisas de 2015 não se discute a atualidade, que é isso que o PS quer. Estranho a postura do PCP, mas aceito, naturalmente.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo registo de mais intervenções dos Srs. Deputados, vamos suspender a nossa reunião para eu ir buscar o Sr. Governador do Banco de Portugal.

*Eram 18 horas e 19 minutos.*

Uma vez mais, muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas. Penso que estamos em condições de retomar a nossa reunião.

*Eram 18 horas e 21 minutos.*

Dirijo um agradecimento muito especial ao Sr. Governador do Banco de Portugal, Prof. Mário Centeno, que está hoje aqui na qualidade de ex-Ministro das Finanças. Muito obrigado, Sr. Governador.

Relativamente à grelha, é a grelha A, que está consolidada e que, penso, o Sr. Governador já conhece.

Também, convencionalmente, lemos sempre os direitos e os deveres dos depoentes, e passo, então, a ler os direitos e os deveres.

Relativamente aos direitos: o depoente tem direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação do segredo de justiça, punível criminalmente nos termos do artigo 371.º do Código Penal; ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer outra natureza que possam prejudicar a espontaneidade e sinceridade das respostas; o depoente tem direito a ser inquirido sobre factos de que possua conhecimento direto, princípio da imediação; o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Relativamente aos deveres: o depoente tem o dever de depor sobre os factos relativos ao objeto do inquérito, mantendo-se à disposição da Comissão de Inquérito até ser por ela desobrigado; a recusa do depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da Lei Processual Penal; o depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática de crime de desobediência qualificada — o artigo 19.º do Regime Jurídico de Inquéritos Parlamentares; o depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho, artigo 360.º do Código Penal; quando conveniente, podem ser mostradas peças do processo e documentos que a eles respeitam; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos; e, para terminar, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida neles indicados — alínea *a*) quando for impossível cindi-la do depoimento sobre

factos concretos; e alínea *b*) quando tiver lugar em função de qualquer ciência, técnica ou arte.

Lidos os direitos e deveres do depoente e sabendo que não há nenhum depoimento inicial da sua parte, eu passaria já ao início da audição, dando, por isso, a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Pedro Filipe Soares.

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Mário Centeno.

Foi Ministro das Finanças entre 26 de novembro de 2015 e 15 de junho de 2020 e, portanto, assumiu a pasta das Finanças em momentos que coincidiram com períodos muito importantes para a TAP.

Começando em 2015, por um período de privatização/início do processo de desprivatização da empresa e da entrada novamente do Estado no capital social com 50 %, que aconteceu, depois, em 2017, todos os compromissos assumidos durante esse período, por suposto que decorrem das responsabilidades que tinha nas Finanças; o período de pandemia, em que se iniciou um processo que, nas suas próprias palavras, poderia levar à nacionalização da TAP e, depois, um processo final de ajuda, auxílio do Estado à TAP, que aconteceu em junho, julho de 2020.

Nestes diversos momentos, e ao longo de um período bastante longo, teve responsabilidades no Ministério das Finanças, o ministério que era responsável, entre outras coisas, por gerir a participação do Estado na empresa enquanto acionista. Desse ponto de vista, queria fazer-lhe um conjunto de perguntas sobre duas matérias concretas relativas ao início temporal desse momento, isto é, quando tomou posse.

Primeiro, se teve conhecimento da existência de um conjunto de compromissos do Estado — *vide*, cartas de conforto entregues à banca — assumidos nos últimos dias do Governo que o precedeu e que garantiam um

conjunto de compromissos por parte do Estado e obrigações que decorriam se os privados não cumprissem com as dívidas públicas a um conjunto de bancos privados.

Segundo, se teve conhecimento, ou não, na transição de pastas, da forma como o acionista privado David Neeleman entrou na TAP, em particular das matérias relacionadas com os fundos Airbus.

O Sr. Dr. **Mário Centeno** (ex-Ministro das Finanças): — Muito boa tarde, muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, as respostas às perguntas que me faz são relativamente curtas.

A TAP não constou da pasta de transição do XX para o XXI Governo Constitucional e, portanto, a resposta é não. E essa é a resposta direta à pergunta que me faz.

Em relação às cartas de conforto e a todo o processo que envolveu a privatização da TAP, que culminou em novembro de 2015, a informação foi sendo prestada ao Ministério das Finanças, enfim, faseadamente. Eu não consigo responder-lhe se esta informação concreta das cartas de conforto chegou logo no início ou se foi chegando à medida que a negociação face à reconfiguração das participações sociais foi sendo tida, mas era do conhecimento do Ministério esta informação, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): —E sobre os fundos Airbus?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Dos fundos Airbus, nenhum conhecimento existia ou existiu no momento da transição, porque, como lhe disse, não foi feita referência a nenhuma matéria sobre a TAP. Na verdade, ao contrário das cartas de conforto, só fui confrontado com esta informação

quando, muito recentemente, a comunicação social chamou a atenção para isso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Permita-me que confronte as suas declarações com outras declarações que já tivemos aqui, algumas nesta Comissão, outras na Comissão de Economia, porque anteriores representantes, titulares do cargo, quer do Ministério das Finanças, quer, em particular, do Ministério da Economia, referiam que a matéria relativa às cartas de conforto fazia parte do processo de transição. E, por isso, pergunto-lhe, para percebermos exatamente do que é que estamos a falar, o que é que era essa pasta de transição, pois já ouvimos falar que havia *pens* que andavam a circular com essa informação — bem, uma *pen* pode não ser considerada uma pasta, mas imagino que quando se refere a uma pasta de transição esteja a falar da informação em si e não de um objeto físico, em concreto. Por isso, pedia-lhe essa informação.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, como referi, a pasta de transição na dimensão TAP era inexistente, portanto, nem *pens*, nem dossiês, não havia nenhuma referência à TAP na pasta de transição da Ministra das Finanças do XX Governo para o Ministro das Finanças do XXI.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E nem do lado da PARPÚBLICA tinha recebido informação, quanto tomou posse, sobre o relacionamento do Estado com a TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — À medida que o processo se desenrolou, houve, naturalmente, reuniões, não com o Ministro das Finanças, não comigo, mas com entidades do Ministério das Finanças, sobre essa matéria, e a PARPÚBLICA era, obviamente, o veículo de transmissão dessa

informação. Foi com a PARPÚBLICA que o Ministério das Finanças sempre trabalhou no dossiê TAP, nos seus diferentes estágios, ao longo de todo o tempo que o Sr. Deputado referiu que eu fui Ministro das Finanças.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor referiu que, particularmente na sua pessoa, não havia esse relacionamento com a PARPÚBLICA, havia, imagino eu, num dos secretários de Estado. Mas como é que se processava esse relacionamento seu, em particular com a TAP? Delegava nos secretários de Estado, era isso?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A TAP sempre esteve delegada nos meus secretários de Estado do Tesouro, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, como é que se organizava o processamento da informação estratégica para a TAP e a reflexão sobre essa matéria? Não tinha participação nela?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O trabalho no Ministério das Finanças, pelo menos enquanto eu fui ministro, teve muitas e variadíssimas dimensões estratégicas. Aliás, o Sr. Deputado acompanhou esse trabalho bem de perto ao longo de todos aqueles mais de cinco anos. E há uma orgânica do Ministério e há um conjunto de matérias que são responsabilidade, por minha decisão, dos secretários de Estado. Obviamente, todas as matérias de estratégia política passam pelo ministro, mas o trabalho de acompanhamento e de execução é, muitas vezes, nestes casos em concreto, a nível do secretário de Estado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, em particular, naqueles períodos iniciais em que chegou ao Ministério das Finanças, havia vários

diferendos com Bruxelas, sobre formas diversas de governação, e uma das questões que foi colocada aqui, por exemplo, pelo anterior Ministro Pedro Marques, foi a de que o dossiê TAP poderia configurar mais uma forma de violação do Estado português, poderia ser sancionado por Bruxelas. Isso foi tema de debate entre vocês?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O tema TAP, sendo um tema central no Programa do Governo e sendo um tema central, enfim, do ponto de vista estratégico, naquela que era a atuação nas áreas económicas do Governo, na dimensão diferendos com a Comissão Europeia, confesso-lhe que não era um tema prioritário para o dia a dia do Ministério das Finanças, nem no final de 2015, nem ao longo do ano de 2016.

Não foi aí que se colocou estrategicamente o debate na intervenção do Ministério das Finanças nessa área. Isto não quer dizer que ele não fosse relevante ou que ele não tivesse materialidade suficiente para se desenvolver, mas quer dizer apenas que não era esse o tema central da necessidade estratégica e de atuação política que o Governo tinha, até porque o Programa do Governo era muito claro sobre esta matéria e ele foi sendo executado com toda a normalidade. Não era a tensão com Bruxelas que movia, pelo menos, o Ministério das Finanças nesse contexto.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Era a decisão política de reforçar a participação pública do Estado português na TAP, porque a consideravam uma empresa estratégica. Pergunto-lhe, então, porque é que no processo de negociação, que acompanhou ao longo desses anos iniciais, o Estado não assumiu essa tal posição estratégica na TAP, ficando fora do espaço executivo da empresa?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Porque foi essa a decisão política, face à situação inicial em que se encontrava a TAP. Tinha havido um processo de privatização. Todos os processos decisórios partem sempre de condições iniciais, e essas condições iniciais, do ponto de vista político, enquanto eu fui Ministro das Finanças foram sempre muito respeitadas e com elevada consideração na tentativa de criação de um ambiente de credibilidade e de continuidade daquela que era a representação da República Portuguesa, quer internamente, quer externamente.

Quando há pouco referiu as questões com Bruxelas e com as autoridades, nomeadamente da concorrência, porque é a essas que, provavelmente, estará a referir-se, a atitude não foi diferente, foi sempre no mesmo sentido. Era necessário respeitar os compromissos que o Estado português tinha assumido, era necessário transformar estrategicamente, na dimensão política, aquilo que corresponderia à prossecução do Programa do Governo, e foi sempre com essa tranquilidade que tudo foi feito.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas houve uma decisão de comprar uma parte da participação social dos privados, num processo negocial, de reconhecer um conjunto de obrigações para o futuro — já lá irei, os tais 234 milhões de euros de participações acessórias que eram direitos salvaguardados dos privados —, mas diz-se, afiança-se politicamente a ideia de que o Estado teria uma posição estratégica, sem nós percebermos nunca como é que essa posição estratégica se materializou, face às intenções do privado, já manifestadas em 2015, aquando da privatização.

E daí a pergunta: em que é que, estrategicamente, o Estado influenciou a TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O Estado, desde logo, passou a ter presença no Conselho de Administração, e não foi uma presença qualquer.



Havia seis membros do Conselho de Administração não-executivos, que eram nomeados pelo Estado, mais o Presidente do Conselho de Administração. E o Sr. Deputado sabe bem o valor e a importância que é estar num conselho de administração, em que se tem um papel absolutamente determinante, mesmo quando não é executivo. Mesmo quando não é executivo, aqui é importante, porque, na verdade, foi esse o perímetro de atuação do Estado que foi definido.

Do ponto de vista das Finanças — que é, na verdade, a razão pela qual estou hoje aqui —, havia três princípios absolutamente cruciais que teriam de ser respeitados do ponto de vista da gestão financeira do País para que o processo da TAP, no contexto daquele que era o Programa do Governo, tivesse sucesso, pelo menos fosse entendido como sucesso do lado da gestão financeira. Desde logo, qualquer reconfiguração da operação de privatização não poderia ter impactos orçamentais relevantes. Esta era uma matéria importantíssima, quer do ponto de vista da despesa, quer do ponto de vista da dívida pública, porque temos de recuar a 2015 e relembrar a situação de imensa fragilidade em que o País se encontrava naquele momento, por exemplo, com o processo de sanções, que visavam penalização com multas para o País e suspensão possível dos fundos estruturais. Portanto, esta era uma linha absolutamente essencial para a gestão financeira de qualquer dossiê, incluindo o dossiê TAP.

A segunda dimensão era a de que a reconfiguração não poderia implicar que a TAP integrasse o perímetro das administrações públicas. Isso era importante porque quaisquer questões operacionais e de capacidade competitiva que influenciasse o regime jurídico do setor empresarial do Estado iria impactar na gestão da TAP e iria ter um impacto muito significativo na relação do Estado com a TAP e naquilo que implicaria, do ponto de vista financeiro também, a própria gestão da empresa para a gestão financeira do País.

E, finalmente, deveria assegurar, e foi por aí que começámos, um modelo de governação eficiente que seguisse boas práticas internacionais e, aliás, setoriais, que era muito importante que permitisse que o Estado tivesse uma supervisão, vou dizer assim, e monitorização sobre os compromissos estratégicos que queríamos fazer valer na TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Independentemente de opiniões sobre os três objetivos, há um que claramente é discutível, porque quando falamos de um modelo de governação eficiente, a pergunta que advém logo é: qual é a eficiência da forma como se gerem administradores? Pagam indemnizações?

O relatório que recebemos aqui, na Comissão, da Ernst & Young, mostra, por um lado, que os representantes do Estado conheciam as práticas do Conselho de Administração e, por outro lado, que havia uma forma de gerir salários, remunerações e prémios que mostrava que a eficiência estava longe de acontecer. Tinha conhecimento dessas práticas?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Ao longo do tempo em que fui Ministro das Finanças, enfim, não tenho nenhuma memória nem informação de que pudesse ter sido por aí, pelos mecanismos de gestão que estavam instituídos na TAP e que foram definidos, que tivesse surgido qualquer problema.

Na sua execução e na sua implementação, em particular numa empresa em profunda transformação, com um plano de negócios muito exigente, numa atividade que é extremamente concorrencial e regulada, com forte intervenção das autoridades de concorrência, confesso-lhe que não vejo que seja o modelo de governação em si que pudesse ter tido algum impacto em decisões que pudessem ter sido tomadas e que pudessem ser consideradas como não as melhores decisões, em cada momento. Não foi seguramente pelo modelo de governação.

Essa é a leitura que faço, atendendo à valia que aqueles membros do Conselho de Administração não executivos tinham nas responsabilidades em alguns comités — porque o Conselho de Administração não funciona apenas no seu plenário, funciona com grupos que são liderados por esses membros do Conselho de Administração não executivos — e não vejo que existisse aí uma falha estrutural na forma como foi definido.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tenho pouco tempo, mas queria passar para um outro ponto e uma correlação.

O acordo parassocial, assinado depois da recompra da participação social do Estado, previa os tais 224 milhões de euros, prestações assessórias que seriam reconhecidas ao privado. Vê alguma relação entre esse valor e os 55 milhões depois pagos a David Neeleman, na alteração de participação social em 2020?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Eu, nesse momento, não tinha nenhuma responsabilidade governativa. Para lhe ser totalmente honesto e transparente — como é evidente, que é o meu papel hoje aqui —, não tenho nenhuma visibilidade sobre esse processo e, portanto, seria especulativo da minha parte estar a fazer qualquer associação entre essas matérias. Não o consigo ajudar nessa matéria.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas o Sr. Doutor foi Ministro das Finanças até 15 de junho de 2020. A 10 de junho, houve a decisão da Comissão Europeia de aceitar o auxílio do Estado e, antes disso, houve um grupo de trabalho que esteve a lidar com a TAP, com os acionistas e que queria levar o barco a esse auxílio do Estado. E tudo está ligado, nessa consequência. Qual é a informação que tinha desse processo?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não há nenhuma ligação entre o grupo de trabalho a que se refere e todas as discussões que se mantiveram antes de 15 de junho e o processo que leva à compra de participações sociais pelo valor de 55 milhões de euros.

Aquilo que lhe posso dizer é que nem eu nem os meus secretários de Estado participámos em qualquer reunião que fosse conducente à aquisição de participações sociais de privados na TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Peço-lhe mais informação, porque diz-nos que não tem diretamente a ver uma coisa com a outra, mas disse publicamente, numa entrevista à TVI a 13 de abril de 2020, que havia em cima da mesa várias hipóteses, incluindo a nacionalização da empresa.

Colocou também a possibilidade de compra de participação social e foi indicado um grupo de trabalho para ver a melhor forma de passar o auxílio do Estado para a TAP.

Teve participação na criação desse grupo de trabalho? Também era responsabilidade das Finanças, certo?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — As Finanças estavam representadas nesse grupo de trabalho. Desde logo, a PARPÚBLICA estava nesse grupo de trabalho. O Governo, na área das Finanças, tinha informação do funcionamento desse grupo de trabalho, como é evidente. Eram decisões muito importantes.

Aquilo que lhe estou a transmitir é que, nesse grupo de trabalho, até ao dia 15 de junho, não houve discussões sobre aquisição de participações sociais de privados. É só isso que lhe estou a dizer.

Há pouco, quando sugeri que se separasse o tema das prestações acessórias desta outra questão, que teve a ver com o auxílio de Estado aprovado no dia 10 de junho de 2020, foi simplesmente para separar aquilo

que foi o funcionamento do grupo de trabalho até esse momento e o que se seguiu.

Eu, até ao dia 10 — na verdade, até ao dia 14 de junho —, posso responder-lhe sobre o resultado do trabalho desse grupo de trabalho. A partir daí, não consigo, por isso é que não consigo ser útil nessa ligação, se existir ou não. Não tenho informação sobre isso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas desse grupo de trabalho, da informação que teve — até porque imagino que era um tema que não era despiciente neste contexto, 1200 milhões de euros de auxílio de Estado —, qual era a relação entre os diversos *stakeholders*, incluindo a TAP, incluindo os acionistas da TAP? Que informação é que lhe chegou sobre o estado da matéria, que lhe deu confiança para, antes de dia 10, ir à Comissão Europeia com uma solução?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Permita-me que também faça uma pequeníssima nota à referência sobre a possibilidade de nacionalização da empresa, que foi feita por diferentes responsáveis, incluindo eu. Havia uma razão muito simples para isso: é que quando estamos perante um problema da dimensão do que a TAP enfrentava, não podemos excluir nenhuma hipótese daquelas que são, academicamente quase falando, admissíveis. Foi assim que, aliás, fizemos também em outras circunstâncias, com alguns processos no sistema financeiro. Porquê? Porque, ao fazê-lo, estamos obviamente a constranger e a restringir o espaço de ação e a dar mais poder às outras partes.

Portanto, acho que o Estado, quando trata das coisas públicas ou quando elas se aproximam da esfera pública, deve ter uma visão bastante alargada de todas as possibilidades que se lhe colocam. Depois, há umas a

que damos mais prioridade ou que achamos mais naturais, mas não devemos abdicar das diferentes formas de estar e possíveis formas de atuar do Estado.

Portanto, faltou fazer essa referência, só para eu enquadrar porque é que a nacionalização foi, de facto, referida, porque era importante estarmos, do ponto de vista do Estado, cientes de todos os caminhos possíveis para avançar.

Em relação à questão do trabalho, daquilo em que se focou o grupo de trabalho, a TAP, logo desde o início da pandemia, foi atualizando o Governo em sucessivas verbas, face ao impacto da pandemia. É natural, porque todos estávamos a aprender, todos os dias, qual era o impacto que algo nunca vivido tinha nas nossas vidas e nas nossas empresas e, em particular, numa empresa que estava no setor — ou talvez num dos setores, para não ser absoluto aqui — mais afetado pela pandemia.

Estes números foram em crescendo e era necessário também enquadrar qualquer intervenção que o Estado português viesse a ser obrigado a ter na TAP, tal como, aliás, todos os outros Estados europeus e não europeus estavam a ter em companhias semelhantes, quer fossem públicas quer fossem privadas.

No quadro europeu, estas intervenções têm um conjunto de normativos que estão no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, onde estão muito bem tipificados. Acrescia, naquela circunstância, uma via alternativa, que era o quadro temporário covid, que foi criado pela Comissão Europeia para fazer face, não apenas no setor da aviação, mas especialmente no setor da aviação, naquele período.

E todas as hipóteses foram testadas. Todas. E todas foram exploradas, e foram exploradas em conjunto com a TAP e com a Comissão Executiva da TAP, porque, na verdade, era também quem tinha de prestar informação sobre quais as necessidades efetivas da TAP.

Tudo isso foi muito ponderado, mas essa era a missão do grupo de trabalho, pelo menos até ao dia 10 de junho, quando foi aprovado pela Comissão Europeia o apoio, a ajuda estatal que corresponderia àquela forma de apoio.

Pergunta-me sobre o posicionamento da empresa. O posicionamento da empresa foi tentar encontrar soluções alternativas dentro dos apoios públicos. Quando o apoio foi aprovado pela Comissão Europeia, não havia certeza de a gestão da TAP e os seus acionistas privados aceitarem aquele apoio, tanto que, no dia 29 de junho, ele veio a ser recusado em assembleia geral. É rigorosamente a única coisa que sei sobre esse momento.

Se me perguntar se antes havia alguma visibilidade para que os privados, na empresa, pudessem vir a ter esta atitude face àquela forma de apoio, a resposta que lhe dou é afirmativa: sim, havia. Mas também sabíamos que, se não fizéssemos aquele caminho, poderíamos ser confrontados, num determinado momento do tempo, com a situação de estarmos sem nenhum instrumento que permitisse apoiar a empresa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Percebo isso e concluo com uma pergunta. Não foi tão taxativo, pelo menos, quanto um anterior membro do Governo, dizendo que era o único caminho aquele que foi seguido, mas deu a entender que a forma de salvar a empresa seria esta, na visão das Finanças sobre a matéria.

Pergunto-lhe de outra forma: e os privados colocarem problemas na execução deste caminho não levaria a que pudessem ser também assinados judicialmente, por estarem a atentar contra a viabilidade da empresa?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não lhe sei responder, porque não fui confrontado com essa situação, enquanto governante.

Quanto a ser mais ou menos taxativo, deixe-me fazer aqui uma nota um pouco mais pessoal, até sobre o tempo em que tivemos de lidar com situações bem mais complexas do que a da TAP, devo dizer-lhe. Há de reconhecer que caminhos únicos nunca foram a minha predileção. Devemos sempre, perante um problema, olhar para as diferentes soluções, mesmo para aquelas que, se calhar um pouco mais aprioristicamente, não achamos que estamos mais vocacionados para fazer. Foi sempre essa a atitude que tivemos. Foi sempre essa a atitude com que o Ministério das Finanças olhou para estas questões.

Há pouco, quando elenquei aquelas três condições, eram três condições que tinham muitas alternativas em si mesmas. Tinham era de ter um resultado, e o resultado era a estabilidade financeira do País e a travessia de um momento difícil, que o País tinha de enfrentar, no final de 2015 e início de 2016.

Aqui, com a pandemia, era mais ou menos o mesmo tipo de cenário. Estávamos a enfrentar um caminho muito difícil. Não sabíamos nem quando é que ia terminar nem o que é que íamos encontrando ao longo desse caminho. Portanto, ser muito taxativo em soluções de início iria coartar a nossa capacidade de ação e com isso nunca estaria de acordo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Governador e Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Madeira, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde. Começo por cumprimentar, obviamente, o Sr. Governador Mário Centeno e quem o acompanha e agradecer também, de antemão, as suas respostas.

Já aqui confirmou, ao Sr. Deputado que me antecedeu, que esteve nas suas funções como Ministro das Finanças entre 26 de novembro de 2015 e



15 de junho de 2020. Neste período, relativamente ao dossiê TAP e ao objeto de análise desta Comissão, era o responsável pelas Finanças no processo de reconfiguração acionista, certo?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Boa tarde, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Começava por cumprimentá-la.

Do ponto de vista financeiro, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Sabe qual era a situação da empresa e dos seus capitais próprios em 2012, quando assumiu a pasta?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Na verdade, 2015. [*Risos.*]

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Só para esclarecer. Sim, quando assumiu em 2015, mas a situação da empresa em 2012. Eu é que fiz mal a pergunta.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Ok, com certeza. Não tenho visibilidade, neste momento, para a situação da empresa em 2012. Posso dizer-lhe que, em 2015, fui alertado ainda pelos responsáveis do XX Governo da extrema fragilidade financeira da empresa, em novembro de 2015.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Tinha conhecimento de que os capitais próprios negativos da empresa se agravaram, entre 2012 e a primeira tentativa de privatização e, em 2015, no momento da privatização, em cerca de 40 %? Foi essa a informação que lhe deram?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A informação não chegava a esse grau de detalhe. Eu poderia tê-la procurado. Neste momento, não consigo

enquadrar esse momento como tendo sido uma informação que estava presente na minha mesa, digamos assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Foram feitas, no XX Governo, duas avaliações à TAP. A primeira foi para preparar a primeira tentativa de privatização e a segunda foi para fazer uma atualização.

Para isso, foram contratadas duas empresas, a PwC e a Deloitte, e os relatórios dessas avaliações, um entregue em abril e o outro em maio de 2015, basearam-se apenas nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2014. Estas avaliações estiveram na base da venda ao privado e, apesar de terem conclusões bastante diferentes uma da outra, têm em comum terem todas valores de avaliação negativos.

É normal, num processo destes, a avaliação de uma empresa depender apenas da sua análise financeira?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Vamos lá ver, quando empreendemos processos desta dimensão e com esta transcendência, até do ponto de vista estratégico para o País, a resposta simples à pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada é: não, devemos ter análises mais profundas e completas e seguramente com uma dimensão estratégica adicional.

Posso completar aquilo que disse à Sr.<sup>a</sup> Deputada na minha resposta anterior, dizendo e, se calhar, até clarificando, que há pouco falei da pasta de transição e, na pasta de transição, não havia nenhuma informação do ponto de vista financeiro, de Ministro das Finanças para Ministro das Finanças, sobre a TAP. Tinha havido, no contexto de transição de governos posterior às eleições de outubro de 2015, uma reunião no Ministério das Finanças, quando eu não era sequer ainda candidato a Ministro das Finanças, em que me foi chamada a atenção para, como referi há pouco, a extrema fragilidade financeira da TAP, que corria, inclusive, riscos de, em novembro de 2015,

não conseguir fazer face às suas obrigações salariais. Mas estamos a falar de um contexto que é fora da transição de governos, era numa outra órbita.

Ela talvez seja importante aqui — e é por isso que estou a voltar a ela, também um pouco em complemento às perguntas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me está a fazer — para descrever um pouco qual era a dimensão das urgências que acudiam à TAP naquela altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Eu ia falar-lhe agora, ia fazer-lhe uma pergunta relativamente a essa questão, a questão da transmissão das pastas entre o Sr. Doutor e a Ministra cessante, a Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque. De todo o modo, também já confirmou aqui ao meu colega do Bloco de Esquerda e também disse agora que durante essa transmissão — se é que houve alguma transmissão — a questão da TAP não esteve presente ou, pelo menos, questões importantes ou informação importante relativamente à pasta não estiveram presentes.

Portanto, passo para a próxima pergunta e questiono-lhe se tem conhecimento de uma carta ou de uma comunicação de Fernando Pinto, no dia 4 de novembro de 2015, sobre a fragilidade da tesouraria da TAP.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não, não tenho conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — O modelo de privatização adotado em 2015 limitou as opções do Estado português?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Como tive oportunidade de referir na resposta ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, o momento inicial e as condições em que iniciamos um processo, qualquer que ele seja, do ponto de vista governativo, neste caso, de reconfiguração da participação do Estado na TAP, vai sofrer consequências, que às vezes são boas, outras vezes são

más. Há coisas que estão já completas, outras que temos de alterar, mas é evidente que aquela solução que foi adotada e que finalizou na primeira quinzena de novembro de 2015, creio que a 11 ou a 12 — não estou certo desta data, enfim, às vezes é a tramitação dos documentos —, é evidente que foi aquele o ponto de partida.

Portanto, a resposta mais literal possível à pergunta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada me faz é «sim».

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — O que estava em causa, pelo menos numa primeira análise e também depois de tudo aquilo que já ouvimos aqui, nesta CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), eram duas visões diferentes de modelo de gestão: uma, a de alienar a totalidade da empresa a privados, se bem que em duas fases, e outra, a de que o Estado ficaria sempre com uma posição na empresa. Correto?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — As cartas de conforto assinadas pela PARPÚBLICA e autorizadas pelos Secretários de Estado Isabel Castelo Branco e Miguel Pinto Luz dão garantias a 615 milhões de dívida e, em caso de incumprimento, garantias de que o Estado possa readquirir a empresa.

Entende que é por essa razão que o Tribunal de Contas afirma, e passo a citar: «A assunção pelo Estado da responsabilidade pela dívida financeira da TAP SGPS investe-o objetivamente numa posição materialmente similar à da qualidade de acionista único»?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A interpretação que tínhamos, no Ministério das Finanças, àquela data e quando começámos a reunir informação mais detalhada sobre o dossiê TAP, era que, através daquele

conjunto de cartas de conforto, que foram emitidas pela PARPÚBLICA, o Estado, de facto, se obrigava, em caso de incumprimento do serviço de dívida, a exercer esse direito potestativo de recompra das ações da TAP e que, por essa via, a dívida passada, a presente e a futura estavam abrangidas por este tipo de exposição.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Um mecanismo de garantia poderia configurar um auxílio de Estado?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a avaliação de auxílios de Estado é uma tramitação de uma grande complexidade. Enfim, penso que tem ideia sobre em quantos processos estive envolvido, em negociações com a Comissão Europeia. E seria, talvez, falta de humildade da minha parte — e sei que isto não vai ajudar muito a Sr.<sup>a</sup> Deputada —, mas não consigo ter outra resposta, senão dizer-lhe que isso é uma opinião para a qual não foi, pelo menos por mim, exercido o esforço necessário para que eu a pudesse ter. E sempre, em todas as negociações com a Comissão Europeia, fui surpreendido. Às vezes, tive de dar a volta por cima a muitos processos, para que isso não acontecesse e não penalizasse o Estado português.

Portanto, não tenho informação nem exerci o contraditório suficiente com a Comissão Europeia, para lhe poder responder a uma pergunta assim, neste contexto, dessa natureza.

Que pudessem lá estar os ingredientes para que o debate, pelo menos, se fizesse e não fosse fácil com a Comissão Europeia, presumo que sim, mas isto não é uma resposta afirmativa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — O ex-Presidente da PARPÚBLICA, Pedro Ferreira Pinto, referiu aqui — e não sei se o Sr. Doutor também já não falou aqui sobre isto, agora, ao colega do Bloco de

Esquerda — uma reunião de transição com o ex-Ministro Pedro Marques, em que confirmou que também esteve presente. Esteve presente nessa reunião? Penso que tinha dito que não.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não estive presente na reunião, tanto quanto a minha memória e as agendas do meu gabinete desse momento me permitem responder, e, portanto, a resposta é «não».

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Na privatização da TAP, a capitalização da empresa era uma condição essencial?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Vamos lá ver, a TAP estava com algumas dificuldades, entre elas de capital e de indicadores. Nenhum dos indicadores financeiros da TAP tinha a robustez suficiente.

Portanto, eu diria que para a TAP não continuar a viver como viveram, durante muitos anos, muitas grandes empresas portuguesas, ou seja, subcapitalizada, sim, a TAP precisava de capital.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — E a capitalização que foi efetuada tinha dois instrumentos centrais: capitais próprios, via prestações acessórias, e um empréstimo obrigacionista. Correto?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Foi assim que foi feito, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Tem conhecimento de se houve outra forma de capitalização?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Posso fazer-lhe uma pergunta, só uma clarificação? Sobre que momento do processo de privatização é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a colocar essas questões?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — 2015.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Em novembro, portanto?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Sim.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Vou ter de lhe responder, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que não tenho a certeza de se, em novembro de 2015, houve emissão obrigacionista que possa ter contribuído para a capitalização da empresa. Houve seguramente *apport* de capital dos privados e prestações acessórias, mas não estou recordado de obrigações.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Tinha-lhe perguntado a seguir — se calhar, também não me consegue responder — se teve conhecimento de se houve outra forma de capitalização, para além destas que eu tinha indicado há bocadinho.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Em relação ao processo de novembro de 2015, não consigo ser muito útil. Depois houve, com certeza, na fase seguinte, entre elas também a emissão de obrigações convertíveis, aí sim, em que o Estado também subscreveu parte dessas obrigações, mas não estamos a falar do mesmo período.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — A capitalização via prestações acessórias faz-se — e sabemos hoje — pela novação de um contrato que a

TAP mantinha com a Airbus e para o qual tinha feito pré-pagamentos na ordem dos 50 milhões de euros.

Tinha conhecimento desta novação deste contrato?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não, de todo.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Ainda sobre a novação do contrato, surge, de acordo com o parecer da Vieira de Almeida, — e cito — «um mecanismo genética e funcionalmente independente», ou seja, a partir da alteração de um contrato pré-existente na TAP, o acionista privado assegura a capitalização. Conhecia este parecer?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Quando é que teve conhecimento de que a Atlantic Gateway recebeu diretamente fundos da Airbus para a capitalização da TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não sei se lhe consigo responder à pergunta, porque ainda não sei muito bem o que é que se passou. [*Risos.*]

Se calhar, a resposta não pode ser «sim» nem «não». Acho que ainda preciso de mais informação para lhe responder a essa pergunta. O que lhe posso dizer, tal como há pouco disse ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, é que eu soube da existência desse mecanismo — vamos chamar-lhe assim — muito recentemente, aliás, quando mais ou menos todos tivemos conhecimento dele. O seu funcionamento é um tema sobre o qual não sei ajudar muito.



A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Sendo um processo de privatização de uma empresa pública de que o Estado, àquela data, detinha 39 %, como pode ser compreendida a capitalização através de fundos de um fornecedor que, nesta Comissão, já foram caracterizados como «contribuição e doação»? E aqui estou a pedir-lhe que faça uma interpretação sobre esta questão.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Pois, percebo que me esteja a pedir essa interpretação, mas vou ter de voltar a este registo, porque, na verdade, não consigo ajudar nessa interpretação. Peço desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Vou fazer-lhe outra pergunta. Se não me conseguir responder, não tem importância nenhuma.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Com certeza!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Ia falar-lhe agora do segundo mecanismo de capitalização, que seria um empréstimo obrigacionista no valor dos 120 milhões de euros. Ou seja, para além da contribuição anterior, os novos acionistas comprometem-se também a capitalizar a empresa através desse empréstimo contraído pela própria empresa, que tinha capitais próprios negativos. Não sei se também teve conhecimento, ou não, desta situação.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não, não tive, não foi discutido, naquilo que é a intervenção do Ministério das Finanças. A partir do momento em que sou o responsável do Ministério das Finanças nesta operação, os três princípios que eu referi ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares foram aqueles que guiaram a ação do Ministério das Finanças.

Nós fomos acompanhando todo o processo da TAP, ao longo dos anos

em que eu fui responsável pelo Ministério das Finanças, com muita proximidade, porque a PARPÚBLICA era quem trazia essa informação para o Ministério das Finanças.

Posso imaginar que sejam mais úteis as minhas respostas para este período, em que, de facto, geríamos financeiramente a TAP, do que aquilo que se passou no período anterior.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Quando o XXI Governo tomou posse iniciou uma negociação com os privados para a reconfiguração do capital social da TAP.

Porque é que era importante recuperar a gestão estratégica da TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A TAP foi entendida, no Programa do XXI Governo Constitucional e numa decorrência direta, aliás, do Programa Eleitoral do Partido Socialista às eleições de 2015, como uma empresa estratégica muito relevante para o desenvolvimento económico do País, e também para as suas obrigações em termos quase que sociais e de país, pela enorme diáspora que temos e pela continuidade territorial que é importantíssimo garantir.

Eram esses os princípios políticos que norteavam a ação do Governo face à TAP.

Ora, isto requeria, a nosso ver, atendendo aos desenvolvimentos recentes, na verdade muito recentes, de privatização da empresa, nos moldes em que ela aconteceu em 12 de novembro de 2015, e o que fizemos foi unir esta dimensão política e estratégica às preocupações financeiras, que eu já hoje sublinhei e que já são do conhecimento dos Srs. Deputados.

Não havia, necessariamente, uma prioridade de objetivos entre a dimensão política e a dimensão financeira — aliás, se há coisa que os governos aos quais eu pertenci sempre fizeram foi combinar e associar estas

duas dimensões, de forma muito clara, com prioridades estabelecidas e que eram do conhecimento de todos.

Na verdade, a TAP tinha uma dimensão estratégica grande e, para que essa dimensão estratégica fosse assegurada, entendíamos que era necessária uma maior participação do Estado nos órgãos sociais da TAP, que decorreria de uma participação mais relevante no capital.

Foi esse o objetivo da negociação que foi feita a partir de 2015 e que teve várias etapas até ser concluída em junho de 2017.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Sr. Doutor, qual o grau de envolvimento que teve nestas negociações?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Envolvimento pessoal nas negociações, muito pouco, mas o Ministério das Finanças esteve envolvido nessas negociações, sempre conduzidas, na verdade, em primeira mão, pelo Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

O *apport* do Ministério das Finanças era — e eu vou usar uma palavra um pouco forte, mas que faz sentido neste contexto — uma vigilância sobre estes três princípios que referi há pouco.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Então, daquilo que teve conhecimento, da troca de informação que, acredito, tenha havido entre os dois ministérios, que dificuldades é que encontraram?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Foram as dificuldades típicas de um processo negocial, onde uma parte, a parte privada, tem como ponto de partida uma privatização que tinha acontecido há muito pouco tempo e era necessário acomodar aquilo que nós sempre identificámos como os interesses legítimos de quem investiu e de quem trouxe capital e *expertise*

para a empresa, o que sempre valorizámos, nesses termos — e apenas nesses termos —, e a posição do Estado, que estava do outro lado da mesa, digamos assim, que tinha uma disponibilidade financeira limitada, reconhecamo-lo, pois o Estado não investiu muito dinheiro no momento de tomar uma posição mais significativa na empresa, em particular a presença em órgãos sociais. E insisto, porque este é um tema muito importante, a relevância de estar presente em órgãos sociais e em conselhos de administração, mesmo no papel de não executivo.

Há a direção de comissões especializadas que recaem nesses membros não executivos e que seguem e acompanham a vida das empresas.

E depois ganhar, porque foi assim que foi estabelecido no parassocial, um papel-chave em todas as decisões de aumento, de redução de capital, dos planos estratégicos da empresa, que só podiam ser aprovados por dois terços do capital social e isso obrigava a que o Estado estivesse de acordo e, portanto, participasse em todas as decisões relevantes para a empresa.

Esse era o grande *acquis*, a grande vantagem do processo que iniciámos em 2015.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Além daquilo que já nos indicou, que balizas foram exigidas, tanto por parte do Governo como por parte dos privados, nessa negociação? Ou seja, existiam linhas vermelhas de alguma das partes relativamente a esse processo de negociação?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Eu não tenho memória de nenhuma linha vermelha, entendidas como tal.

Eu já aqui explanei aquelas que eram as das Finanças. Admito que, do outro lado, os privados pudessem ter uma atitude negocial que procurasse proteger, na verdade, toda a parte operacional e executiva da empresa.

Eu não acho que isso, podendo ser uma linha vermelha, como as

nossas também podem ser interpretadas como sendo, não foi impeditivo, como, aliás, demonstrou, de que se atingisse um acordo.

Na verdade, até recordei palavras do Sr. Primeiro-Ministro na Assembleia da República, em maio de 2020, em que disse que, mesmo naquele contexto em que estávamos, pandémico e com as dificuldades que já se viviam na empresa, a importância de ter um parceiro privado com conhecimento do setor e que pudesse ser um parceiro estratégico era muito importante para o Governo, naquela altura. Portanto, não se tratava de retirar os privados da TAP.

Por isso, havia muito espaço negocial que acabou por ser traduzido naquele acordo em concreto. Poderia ter havido outros, não me parece que as linhas vermelhas tivessem sido uma dificuldade sobremaneira, neste caso.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Pelas audições que temos vindo a fazer, percebemos que neste processo um dos sócios privados tinha vontade que o Estado entrasse no capital, mas que o outro sócio não.

Tem alguma informação sobre esta questão?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O Estado estava no capital da TAP em novembro de 2015. Portanto, entrar não parece que seja a melhor forma de colocar a questão; reforçar o capital, sim. E eu acho que aí... Como, há pouco, respondi ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, nós, quando estamos perante um processo negocial, podemos sempre ter uma determinação grande sobre o objetivo final da nossa negociação e não devemos deixar desvirtuar esses princípios, ou tentar fazer com que essa negociação não os desvirtue.

Não me pareceu que nada disso fosse impeditivo daquilo que acabou por ser concretizado. Portanto, eu tenho de admitir que poderia haver uma predisposição maior ou menor, mas não tenho informação relevante sobre

essa matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Após a reconfiguração de 2017, há uma recomposição dos órgãos sociais em que o Estado, via PARPÚBLICA, sai reforçado com 50 % do capital social.

Até que ponto esta nova reconfiguração reforça os poderes de fiscalização, monitorização e controlo de gestão da TAP por parte do Estado?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A participação no Conselho de Administração? Reforça de uma forma... enfim, é difícil até encontrar uma métrica, porque quando se passa da ausência para a presença, não há métrica que valha neste cálculo. Portanto, reforça muito, foi muito importante para o acompanhamento que foi sendo feito, foi muito importante para cumprir politicamente aquela que era a vontade do Governo e o Programa do Governo que foi apresentado na Assembleia da República, e era o objetivo político que tínhamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira**: — Quando, em 2020, se começou a falar numa intervenção do Estado na TAP, defendeu que uma injeção repartida entre acionistas privados e o Estado seria a forma mais tranquila de conversar sobre uma capitalização da TAP.

Já não estava no Governo quando a operação foi concretizada, no entanto, foi o Estado que capitalizou a TAP. O que teria acontecido se assim não fosse?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada deu a resposta à pergunta que fez. [*Risos.*]

Eu não estava no Governo — eu não estou a tentar fugir à pergunta e não me levem a mal, porque eu vou repetir isto mais vezes hoje, temo —

mas, na verdade, é isso: nós, quando estamos no Governo, temos acesso a um conjunto de informação e estamos perante um processo decisório que não se consegue repetir fora daquele local. E, portanto, eu estaria a fazer um mau serviço a mim próprio, desde logo, à Comissão e, em particular, a quem teve de tomar a decisão, porque eu não tenho a informação importante para responder à sua pergunta. Portanto, eu estaria a dar uma opinião, não a fazer um favor a ninguém, em particular à Comissão.

Ao longo de todo aquele processo pandémico, nós tivemos de tomar decisões muito complexas. A TAP beneficiou do *lay-off* simplificado, a TAP beneficiou de ajudas que o Estado foi criando para todas as empresas em Portugal, aliás, é possível até que a TAP, ou os trabalhadores da TAP tenham sido um dos maiores beneficiários deste tipo de programas, em particular do *lay-off* simplificado, atendendo à sua dimensão e ao impacto que a pandemia teve na sua atividade.

Dessas medidas eu posso falar e posso dizer-lhe a minha opinião sobre o impacto, ou como é que nós avaliávamos o impacto dessas medidas no futuro da TAP. A partir do dia 15 de junho, peço-lhe desculpa, mas eu não tenho já informação suficiente para lhe responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Também foi numa altura de transição entre o processo que vinha a ser negociado e a sua saída do Governo, mas sabe como é que se apurou o valor dos 55 milhões de euros que garantiu a saída definitiva do empresário David Neeleman?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não sei. Não sei, porque também não tinha forma de saber.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Foi Ministro das Finanças, e ainda que não esteja aqui na qualidade de Governador do Banco de Portugal,

e sem qualificar a dimensão mais pública ou privada da empresa, pergunto-lhe qual é a relevância para o País de uma empresa como a TAP.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A TAP é uma empresa estratégica, enfim, se calhar, não a TAP, mas a função que a TAP desempenha na nossa economia. Todo o processo recente de recuperação do período pandémico é, aliás, uma demonstração cabal dessa importância.

Sempre foi objetivo dos governos onde participei que a TAP desempenhasse esse papel, o desempenhasse em parceria entre o Estado e os privados, foi assim que foi conduzido, inclusive nesta fase mais difícil, quando tivemos — e eu ainda estive envolvido nesse processo — que negociar aquele apoio de emergência que resultou na inscrição no Orçamento rectificativo, de junho de 2020, de 1200 milhões de euros de empréstimo à TAP.

O que norteou aquele pedido e aquela autorização foi o objetivo de a TAP permanecer como uma empresa ativa, com privados, no mercado português, e esse era o quadro de atuação dos governos de que fiz parte. E estou certo de que quando no dia 10 de junho foi aprovado aquele empréstimo, aquele era o melhor contributo que podíamos dar, naquele momento, para que este processo continuasse nestes moldes.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Borges Madeira** (PS): — Sr. Presidente, para já, nesta 1.<sup>a</sup> ronda, não tenho mais perguntas a fazer, sem prejuízo de nas próximas rondas vir a efetuar mais algumas questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputada.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Barbosa de Melo, do PSD.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Muito obrigado, Sr.



Presidente.

Estive a ouvir atentamente o que o Sr. Professor Mário Centeno, na altura Ministro das Finanças, é nessa condição que está aqui, esteve a dizer e algumas coisas sugerem-me um ou dois comentários iniciais.

Disse que o Governo anterior àquele em que o Sr. Professor Mário Centeno participou e o Governo de que fez parte ambos consideram que a função da TAP é uma função estratégica para o País. Disse isso e disse até de uma maneira diferente daquela que... Não disse «a TAP é estratégica»; disse a função que a TAP tem desempenhado ou desempenha historicamente é estratégica para o País. Eu estou de acordo e, diria, que o Governo anterior ao seu estaria certamente de acordo com isso. Nenhum de nós está a ver um País cortado do resto do mundo em ligações aéreas. Isso é qualquer coisa impensável para um país como o nosso, com as ligações históricas que tem e por aí fora.

Portanto, tecnicamente, salvar esta função, a função de ligação de Portugal ao resto do mundo por via aérea, competiu certamente ao seu Governo, da maneira como o tentou fazer, certamente, competiu ao anterior e há de continuar a competir aos que vierem daqui para a frente.

Há aqui um *puzzle* para mim, e eu gostava de o ouvir um bocadinho sobre isto.

Há sete anos, o Governo de que fez parte entendeu que a única maneira de salvar esta função que a TAP tem desempenhado é desprivatizá-la, é voltar a pô-la na esfera pública, não total, mas parcialmente. Atualmente, aliás, a ideia parece ser a oposta, ou seja, neste momento, aquilo que parece que está em cima da mesa é, de facto, privatizá-la.

Ora, ela já estava privatizada em 2015, quando o Sr. Professor Mário Centeno passou a ser Ministro das Finanças. Isso já estava feito — aliás, é até provável que seja por causa disso que não estava nas pastas de transição das Finanças, pois era um assunto que estava, digamos assim, arrumado do

ponto de vista das Finanças.

Mas dir-se-á: mas estava arrumado de todos os pontos de vista? Não! Como sabe, certamente, pelo menos ficou a saber mais tarde, a privatização feita antes tinha alguns mecanismos que me parecem, a mim, que nos parecem a nós, cruciais para garantir que a tal função estratégica que a TAP sempre desempenhou continuasse a ser desempenhada.

É o tal acordo assinado em junho, um memorando de entendimento, que, depois, tinha acoplado a esse acordo, para garantir o funcionamento do acordo, uma comissão paritária com um presidente escolhido por todas as partes, que se encarregaria de monitorizar o que ia sendo feito, de maneira a garantir várias coisas, nomeadamente que o *hub* continuava em Lisboa durante mais de 30 anos, que um conjunto de ligações aéreas estratégicas continuavam a ser desempenhadas, e por aí fora.

A minha primeira pergunta é: que conhecimento é que o Sr. Ministro das Finanças de então, Mário Centeno, apesar de isso não estar na pasta de transição, tinha deste acordo?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O Sr. Deputado fez algumas afirmações que eu, como estamos numa comissão parlamentar de inquérito, não vou entrar em detalhes sobre algumas das conclusões que retira ao longo da sua pergunta.

Mas deixe-me ir para a parte mais de questionamento que me fez para lhe dizer o seguinte: o facto de a dita comissão paritária não existir, mas ser tão importante como o Sr. Deputado aqui releva, talvez justificasse que na pasta de transição me pudesse ter sido sinalizada a crucialidade, a absoluta permanência e importância de estabelecer essa comissão paritária, e não foi isso que aconteceu.

Portanto, eu, no dia 26 de novembro de 2015, conhecia nada dessa dimensão. Sabia que a TAP uns dias antes, pelo menos, poderia não

conseguir pagar salários em novembro, mas, mesmo assim, a urgência não era suficiente para incluir um ponto na pasta de transição ao Ministro das Finanças do Governo que se seguia... A TAP não era privada, totalmente privada, a TAP tinha capital público naquela altura, ainda e, portanto, talvez houvesse aí alguma contingência adicional para se poder fazer menção disso ao Ministro das Finanças do novo Governo.

Mas isso já foi há muito tempo... E, portanto, vamos concentrar-nos no essencial e o essencial da minha resposta à sua pergunta é: entre ter uma comissão paritária e sete membros no Conselho de Administração, eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Deputado, sobre qual é o modelo societário que garante um maior controlo e monitorização da empresa, porque uma comissão paritária é um órgão externo à empresa e estes membros são dos corpos sociais da empresa, eles dirigem comissões de risco, de auditoria, de fiscalização... É uma questão que, depois, o próprio governo societário vai determinar. O presidente do Conselho de Administração era nomeado pelo Estado e tinha o poder de desempatar no Conselho de Administração, se tal fosse necessário, porque os presidentes do Conselho de Administração geralmente têm esse poder, e era o caso da TAP.

Portanto, a minha resposta é: são, de facto, dois modelos distintos. Eu também tenho noção de que, mais do que os modelos, as pessoas que os operam e que os executam também são importantes, mas entre os dois modelos, acho, claramente, que aquele que preconizava a reconfiguração das participações sociais, não era uma desprivatização... Aliás, os direitos económicos, como sabe, até saíram reforçados para o privado deste redesenho das participações sociais.

Portanto, eu não tenho dúvidas nenhuma que o novo modelo era muito mais eficaz na monitorização daquilo que era estratégico para o XXI Governo.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Mas se, na questão dos princípios, podemos estar de acordo, eu gostava de saber, Sr. Professor Mário Centeno, o que é que, na prática, mudou. O que é que, na prática, fez com que esse compromisso estratégico operado dessa forma e não da anterior, mudou de facto, o destino da TAP?

Nós já ouvimos falar várias vezes do modelo que os privados que chegaram à TAP trouxeram, uma visão estratégica um bocadinho diferente da anterior, até que teve a ver com os diferentes aviões e tal... Aí percebeu-se que houve diferenças.

A mudança de que nos está a falar, que diferenças, efetivamente, é que trouxe?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A pergunta, Sr. Deputado, é muito interessante. Ela é difícil de responder num contexto genérico, porque a vida de um Conselho de Administração é muito rica.

Aquilo que posso transmitir-lhe, do acompanhamento que fomos fazendo ao longo dos anos em que eu fui Ministro das Finanças da vida interna da TAP, é que, objetivamente, a quantidade de informação a que o Estado, enquanto acionista, tinha acesso, não tem paralelo com aquela que uma comissão paritária, e eu conheço muitas empresas da dimensão da TAP que têm comissões de acompanhamento — por exemplo, o Novo Banco, tinha comissões de acompanhamento — e essas comissões de acompanhamento têm uma participação na vida da empresa que não tem paralelo com aquela que se conseguia desta forma.

Portanto, não podendo eu aqui, porque me parece que não tem materialidade suficiente, porque a vida de uma empresa é muito variada, mas posso dizer-lhe que o modelo em si tem um grau de participação na vida da empresa que não tem paralelo com o alternativo.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Diga-me uma coisa: eu percebi, pelo que nos está a dizer, que acredita mais no modelo de que está a falar do que no anterior, mas, verdadeiramente, o anterior nunca teve uma chance para mostrar o que valia, pois não?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Desde junho até novembro não houve nenhum esforço dos anteriores Governos para o implementar, portanto, sim.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Nem dos anteriores, nem do seu Governo.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, estamos a tratar de factos. Chegamos ao dia 11 de novembro e, além do acordo de junho, não havia nomes, não havia ninguém preparado para tomar esse lugar. Talvez no dia 13 de novembro essa comissão paritária pudesse ter sido nomeada, mas não foi. Nem a 13, nem a 14, nem a 15, nem a 25...

No dia 26 de novembro, eu, de facto, tomei posse como Ministro das Finanças e o processo de privatização da TAP entra numa nova fase, que não é de desprivatização, é de reconfiguração das participações sociais, porque os privados mantiveram-se na TAP.

E é verdade, havia outra visão, é aí onde estamos. Que não teria havido tempo para o fazer, permita-me discordar, porque, na verdade, houve bastante tempo para demonstrar a valia daquela comissão paritária e ela nunca existiu, que eu saiba.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Então, a TAP, depois da reconfiguração, afinal, ficou diferente em quê?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, ficou diferente, porque o

Conselho de Administração ficou mais diverso. Havia um acionista, que era o Estado, que não estava representado no Conselho de Administração, passou a estar e isso reforçou um acionista, que é um acionista de referência, que, aliás, tem importância, do ponto de vista da sua vontade, no desígnio estratégico da empresa para o País.

Portanto, passámos de zero membros do Conselho de Administração para sete, um deles o Presidente do Conselho de Administração. E, portanto, a TAP mudou muito.

O Sr. Deputado, se foi membro de conselhos de administração, sabe a importância que tem de estar sentado num conselho de administração. Eu já disse isto aqui várias vezes, em várias comissões, em vários contextos, e insisto: a importância de estar sentado num conselho de administração, mesmo quando se é não executivo, é incomensuravelmente maior, isso é muito fácil de entender, face à alternativa de não estar.

Mas até podemos sair desse ponto e a verdade é que a importância que aqueles membros do Conselho de Administração da TAP, que são nomeados pelo Estado, tiveram no acompanhamento que o Estado teve da TAP durante aquele período foi muito significativa.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Confesso que continuo sem saber muito bem em que é que foi diferente. Porque, uma coisa é estar sentado, seja lá onde for, pode fazer algumas pessoas felizes, mas não muda os sítios para onde a companhia voa, não muda a maneira de vender os voos, não muda nada...

O que é que verdadeiramente mudou na vida do dia a dia da TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Eu permito-me discordar e convidar o Sr. Deputado a sentar-se num conselho de administração onde tem de decidir tudo isso que me está a dizer, toda a estratégia comercial, toda a estratégia

operacional da TAP, todo o dia a dia de matérias que passam por um conselho de administração e permita-me dizer-lhe que, ter conhecimento desses temas e desses debates é absolutamente essencial para uma monitorização que se pretendia que o Estado, enquanto acionista, fizesse de dentro e não de fora para dentro.

E é essa a realidade que muda. É difícil expressar em palavras, porque não tem... Sr. Deputado, é muito grande a diferença.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Admito que em princípio possa ser, não vejo é, neste caso, como é que foi, efetivamente.

Mas há uma coisa que ainda não percebi também: é que, no meio desta transição de pastas e na não-nomeação da tal comissão, que iria assegurar que os privados cumpriam o que estava previsto, o facto de ela não se ter feito logo em 2015...

*Ok*, disse-me «não tive conhecimento», mas depois teve-o logo a seguir, certamente.

E, entretanto, foram passando os meses, depois os anos, e só em 2017 é que se dá a tal «recomposição do capital». Será que, durante estes quase dois anos, o privado esteve «à solta» na TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A palavra «à solta» torna a minha resposta ou mais fácil ou mais difícil, depende da atitude que quisermos ter perante a interpretação da expressão «à solta».

Vou adotar uma interpretação conservadora e mais institucional. Durante todo esse período, houve uma negociação que foi feita em muitas fases e houve uma aproximação do Estado à vida da TAP, que — não tendo sido logo, e de imediato, no contexto e na formulação que eu aqui tenho estado a defender — trouxe a TAP para o âmbito e o quadro de debate também governativo e, como eu disse, de aproximação de variadíssimas

entidades públicas; no caso do Ministério das Finanças, à PARPÚBLICA de forma acrescida àquilo que era a realidade da TAP. Números, dados financeiros, escrutínio, que ia sendo feito; preparação de todos os documentos que foram... culminaram com a aprovação da operação e a sua materialização na primavera e verão de 2017; tudo isso, na verdade, foi a antecâmara, se quiser, de todo esse processo.

Eu não acho que isso seja a tradução do «à solta», mas havia um processo muito próximo de negociação com a TAP.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Estava um bocadinho preocupado quando, no início, nos disse que as matérias da TAP estavam delegadas nos secretários de Estado e que o Ministro pouco saberia. Felizmente verifico, ao fim desta hora e pouco que levamos aqui que, afinal, o Ministro sabe mais qualquer coisa do que eu suspeitei de início.

Sei que já lhe fizeram esta pergunta, mas eu não posso deixar de a fazer. Foi três ou quatro dias depois de deixar de ser Ministro das Finanças. É o famoso acordo dos 55 milhões de euros, que foi obtido com base numa negociação que decorreu, certamente, durante semanas, se não meses, na altura em que o senhor era Ministro das Finanças.

Continua a manter que não faz a mais pequena ideia — é que nós também não fazemos a mais pequena ideia, já perguntámos a toda a gente e ainda ninguém nos conseguiu explicar —: porquê 55 milhões de euros? Estou a ver que hoje continuamos a ficar sem resposta. É assim?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Escolheu, de facto, a pessoa errada para fazer essa pergunta. Mas eu entendo-a e responderei na mesma, na verdade, como já aqui respondi.

Mas antes deixe-me fazer uma breve nota. Sr. Deputado, sei que acompanhou a minha experiência enquanto Ministro das Finanças e saberá



que nada se fez, nem se passou no Ministério das Finanças, enquanto eu fui Ministro das Finanças e Presidente do Eurogrupo, tinha dois empregos...

*Risos do PSD.*

... um aqui e outro na Europa toda, e mesmo neste tempo, dois anos e meio, em que eu fui Presidente do Eurogrupo, posso garantir-lhe, mesmo Sr. Deputado, que nunca nenhuma decisão estratégica foi tomada no Ministério das Finanças ou no Governo de Portugal, com incidência nas Finanças, sem que o Ministro das Finanças estivesse sentado à mesa e soubesse explicar a toda a gente as suas medidas.

Eu não estive no Conselho de Administração da TAP, por isso não lhe consegui dar nenhum exemplo, mas posso garantir-lhe que quem lá esteve sabe avaliar a diferença entre estar e não estar.

A resposta à sua pergunta é: nem eu, nem os meus secretários de Estado — os tais, em quem eu deleguei competências, primeiro o Dr. Ricardo Félix e, depois, o Prof. Álvaro Novo, que foram os meus dois Secretários de Estado do Tesouro; neste caso, mais recentemente, o Prof. Álvaro Novo — participámos em reuniões conducentes à aquisição de participações sociais de privados na TAP. Posso garantir-lhe isto.

Quanto tempo se levou a negociar? Como é que se negociou? Pois isso, já não sou eu a responder.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — Em 2020, caiu-nos, a todos, em cima, a pandemia e também caiu em cima da TAP e de todas as companhias aéreas do mundo. A TAP acabou a receber, em junho, ainda no tempo em que estava a deixar de ser Ministro das Finanças e estava a tomar posse o novo ministro — em junho de 2020, exatamente ali a meio — o tal apoio de emergência de 1200 milhões de euros.

Curiosamente, quando a gente vai ver o que se passou nos dois meses anteriores, o primeiro número que os privados que estão na TAP referem, quando dizem «vamos precisar de uma ajuda», são 350 milhões de euros, em março. Depois, o Sr. Ministro das Finanças de então, o Prof. Mário Centeno — pouco tempo depois, em maio — diz: «Ok, isto deve ir para os 500 milhões de euros» e, de repente um mês depois, estamos em 1200 milhões de euros.

Explique-nos lá esta evolução, quase exponencial, do valor de ajuda necessária para salvar a TAP da pandemia.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Quem tinha os números era sempre a TAP. Todos os números que eu possa ter dito nesse período eram números que vinham da TAP, que é quem tinha os números das reservas. Havia informações de que as reservas estavam a ser canceladas a uma taxa de 60 % por dia, enfim, houve momentos críticos, verdadeiramente desesperados, na pandemia. Portanto, os números têm esse contexto. E, na verdade, também como eu há pouco referi ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, no início, as estimativas foram, de facto, bastante diferentes daquilo que foram os números finais.

O número de 1200 milhões de euros — esta é talvez a resposta que eu lhe vou dar, porque os números depois foram sempre evoluindo; às vezes, as coisas resultaram melhor; outras, pior, e a TAP recuperou muito mais rapidamente do que o esperado, como, aliás, a generalidade das companhias aéreas, e isso é bom e ainda bem que assim foi —, quando negociamos apoios que envolvem autoridades da concorrência, em particular, as europeias, devemos apresentar números e devemos defender números que nos garantam que não temos de lá voltar.

O pior que pode acontecer numa negociação de apoios de emergência a nível comunitário é o descrédito dos números por falhanço em cumprir

metas estabelecidas. Acredite, Sr. Deputado, Portugal tem uma história longuíssima de revisões de objetivos orçamentais, história essa, felizmente, interrompida sabe a partir de que ano, Sr. Deputado? 2016. Foi o primeiro ano em que o saldo orçamental, em Portugal, foi cumprido. E nós não podemos estar a apresentar uma sucessão de números e de autorizações, porque as autoridades da concorrência, sejam elas europeias, sejam elas portuguesas, não vão compreender essas atualizações de números.

Portanto, aquilo que fizemos foi dar um número que estivesse sustentado, obviamente, naquilo que eram os dados de base, até porque quem postava esta informação à Comissão Europeia era a TAP, a TAP estava sentada à mesa das negociações. Nós tínhamos, politicamente, de dar o aval àqueles números, até porque eles tinham de ser inseridos e aprovados no Orçamento suplementar, mas havia esta ideia de que nós tínhamos de apresentar números que fossem confortáveis, para não termos de ser surpreendidos.

Foi esse o objetivo dos 1200 milhões de euros: ser um envelope em que, realisticamente — sem excessos, mas também sem pecar por defeito —, a TAP conseguisse acomodar as suas necessidades financeiras, que, naquele momento, não paravam de crescer, por motivos variadíssimos: porque a atividade da empresa teimava — como, aliás, sucedia com as suas congéneres europeias — em não arrancar; porque os contratos de combustível tinham uma formulação que quando a empresa parasse desencadeavam um conjunto de penalizações que a empresa tinha de respeitar; e, portanto, não é fácil chegar a estes números.

Aliás, a surpresa que o Sr. Deputado coloca na sua pergunta, por os números irem em crescendo, é exatamente aquilo que, naquele momento, nós tínhamos de fazer parar e é por isso que os 1200 milhões de euros são colocados no pedido de autorização.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — É verdade, mas nós esperamos que o Ministro das Finanças também seja uma espécie de último reduto do contribuinte, digamos, da proteção do contribuinte. E quando estes números vão crescendo desta maneira...

De qualquer maneira, estes 1200 e qualquer coisa milhões de euros que entraram neste pacote foram emprestados à TAP, certo? Confirma que assim é?

A segunda pergunta, correlacionada com esta: emprestado quer dizer que é para ser devolvido. Tem alguma ideia do que é que aconteceu a este dinheiro?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O comunicado da Comissão Europeia a esse respeito é absolutamente claríssimo, não levanta nenhuma dúvida.

É a grande vantagem de concluir negociações com as autoridades da concorrência e, como sabe, concluí muitas e também lhe posso dizer que, das que concluí, todas tiveram sucesso: Caixa Geral de Depósitos, o programa de reestruturação do Novo Banco, eram procedimentos difíceis. E esta ajuda, que foi, na realidade, aprovada em muito pouco tempo, porque todos aqueles processos eram muito expeditos, naquela fase — ao contrário de todos os outros que levavam meses e meses de negociação — este não tinha, sequer, esses meses para decorrer.

Estamos a falar, de facto, de um empréstimo ao abrigo de um artigo muito específico do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e, segundo o comunicado da Comissão Europeia, esse empréstimo, sendo um empréstimo, a expectativa-base era que fosse devolvido, mas, não sendo devolvido, ele desencadearia um processo de reestruturação, em que havia a possibilidade — como veio a acontecer — de parte deste empréstimo ser utilizado, inclusive, como capitalização da empresa.

Tenho a certeza de que o Sr. Deputado compreende todas as contingências de concorrência que uma aprovação desta natureza encerra.

Portanto, tudo estava previsto; tudo o que aconteceu, estava previsto no dia 10 de junho. Não houve nenhuma surpresa, nenhuma, Sr. Deputado.

Era possível — se fosse esse o caminho da pandemia — que a TAP pudesse devolver algum daquele empréstimo; mas não era a expectativa. Aliás, a expectativa em relação aos 1200 milhões de euros, no dia em que eu saí do Governo, era que fossem usados 900 milhões de euros, ainda que na empresa já se falasse de 1400 milhões de euros, porque os números, na verdade, estavam sempre com esta dinâmica, mas a expectativa que tínhamos era de 900 milhões de euros.

Mas aquele não era um beco sem saída para a empresa, como, aliás, se provou, porque, aprovado o empréstimo e aceite o empréstimo pela empresa — porque todos os empréstimos têm de ser aceites pelo mutuário —, a empresa iria fazer uso dele, ao abrigo do tal regulamento europeu que prevê, precisamente, ajudas de emergência e reestruturação.

Este não era um empréstimo qualquer, era um empréstimo que tinha uma sequência no caso de ele não ser devolvido e a empresa sabia disso, e o Estado português, obviamente, também.

**O Sr. João Barbosa de Melo (PSD):** — Se a empresa sabia disso, não era um incentivo a que a empresa se empenhasse o suficiente para o pagar?

**O Sr. Dr. Mário Centeno:** — Quando uma empresa, na situação financeira em que a TAP se encontrava, mesmo antes da pandemia, nós sabemos as dificuldades que essas empresas têm, nesses momentos difíceis das suas vidas, mas a resposta curta à sua pergunta é «sim». É evidente que sim.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — O Sr. Ministro Mário Centeno — agora já não-ministro, mas como está aqui nessa condição, deixe-me tratá-lo dessa maneira, andando uns anos para trás —, um dia, se calhar, vai ser — alguns dizem que vai ser — conhecido como o «ministro das contas certas»; tenho a certeza de que se revê nessa maneira que alguns têm de o conhecer. Outros, talvez digam que é o «ministro das cativações», porque também foi aquela pessoa que levou mais longe, do que alguma vez se tinha levado, as cativações, em Portugal.

Queria só fazer-lhe uma pergunta sobre o dossiê Brasil e da operação do Brasil da TAP, que já aqui veio, várias vezes, a esta Comissão. De vez em quando, a TAP ia tendo de meter dinheiro no Brasil numa operação que lá tinha, e essas operações, certamente, passavam pelo Ministério das Finanças. Pergunto-lhe: nunca lhe deu vontade de cativar algum desse dinheirinho que ia para o Brasil?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A minha presença aqui, hoje, não se trata das minhas vontades.

*Risos do PSD.*

A TAP não fazia parte do perímetro das Administrações Públicas, continuou a não fazer parte do perímetro das Administrações Públicas durante o meu Governo, e nesse sentido, felizmente, para a TAP...

*Risos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Governador responder.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Felizmente, a intervenção do Ministério das Finanças não passava por essas matérias e a TAP tinha um quadro regulamentar de atuação em que nós não tínhamos, no Ministério das Finanças, de nos pronunciar sobre o negócio no Brasil.

O Sr. **João Barbosa de Melo** (PSD): — O meu tempo está a acabar, mas queria só deixar-lhe uma pergunta muito simples: arrepende-se de alguma coisa que tenha feito, naqueles primeiros tempos, em relação à TAP? Acha que fez tudo o que deveria ter feito, ou, se voltasse atrás, hoje faria coisas diferentes? E no caso de assim ser, o que é que faria diferente hoje, se tivesse chegado, hoje, a Ministro das Finanças e apanhasse a TAP como ela estava em 2015?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Construir aqui cenários em plena Comissão Parlamentar de Inquérito não é propriamente o *métier* de alguém que, na minha posição e com os cargos que desempenhei ... Não, não vou especular, obviamente. Entenda, não tenho informação suficiente sobre a TAP, hoje, que me permita especular. Quando olho para trás, as decisões que tomei, no quadro em que as tomei e com os objetivos que aqui já estabeleci, esses objetivos foram todos cumpridos.

Durante o tempo em que fui Ministro das Finanças não houve um único daqueles objetivos que não tivesse sido cumprido. Chegámos, aliás, a fevereiro de 2020, uns dias antes da pandemia, e o financiamento da TAP foi revisto; o plano de financiamento da TAP foi revisto com uma redução muito significativa da exposição do Estado às tais cartas de conforto, que se tornaram garantias quando foi feita a recomposição acionista da TAP. E essas garantias que o Estado, a PARPÚBLICA, emitiu, de um conjunto de financiamentos bancários da TAP, reduziram-se de 400 — eu vou dizer-lhe o número certo que é para não me enganar, porque números são coisas sérias

e eu não sei de cor —, reduziram-se de 465,9 milhões de euros, em junho de 2017, reduziu-se esta exposição ao risco da TAP, via PARPÚBLICA, do Estado português, para 141,9 milhões de euros, em fevereiro de 2020. Esta redução da exposição do Estado à empresa TAP foi muito significativa, repito, muito significativa.

Era este o caminho que estávamos a seguir dias antes de a pandemia aparecer e não há nada que deixe mais satisfeito o Ministro das Finanças que não seja reduzir — neste caso, através de garantias — a exposição do Estado ao risco de uma empresa, qualquer que ela seja.

Há pouco referi a questão de a TAP não estar no âmbito, no perímetro das Administrações Públicas, porque assim a TAP, de facto, tinha mais liberdade da ação. E era por isso que era melhor para a TAP, não porque eu pudesse prejudicar a TAP de alguma maneira. Mas a verdade é que, do ponto de vista financeiro, a exposição do Estado à TAP reduziu-se drasticamente nos anos em que eu fui Ministro das Finanças, e isso é algo que eu acho muito relevante neste processo.

É isto, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Governador, muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento-o e cumprimento, na sua pessoa, todos os presentes; um cumprimento particular ao Dr. Mário Centeno e a quem o acompanha. Muito obrigado por ter vindo a esta Comissão.

Sr. Doutor, gostava de começar por lhe colocar uma questão: 2015 foi um ano decisivo para a TAP, em que o Governo PSD assina «em cima do joelho» um acordo de venda e, a seguir, o Governo Socialista, mais



rapidamente ainda, nem sequer chega ao joelho e assina a reversão dessa venda. Porquê?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, não houve nenhuma reversão de venda, nenhuma. Houve uma reconfiguração, por sinal até não muito significativa, mas o suficiente para conseguir que o Estado atingisse um conjunto de objetivos — que eu posso voltar a nomear — da venda da privatização.

A TAP continuou a ser uma empresa fora do perímetro das Administrações Públicas — não estava sob jurisdição do Ministério das Finanças, como há pouco referi — e em que o Estado era, ou passou a ser, um acionista com mais poderes e mais presença na empresa do que antes. Porque, na verdade, o Estado continuava a ser acionista da empresa, depois de 2015 — ou seja, não era uma privatização completa —, mas não tinha presença dentro da empresa, tinha uma comissão paritária, de que já aqui falámos, abundantemente. A partir do momento em que o XXI Governo toma posse, sob a égide de um conjunto de princípios financeiros muito estritos e que foram todos cumpridos, o Estado inicia um diálogo, uma negociação, com o privado — com os agentes privados que estavam na TAP — para reconfigurar as participações sociais. E é isso que acontece.

Não foi bem «em cima do joelho», porque tardou bastante. Se calhar até tardou, para alguns, mais do que deveria ter tardado, porque, na verdade, o processo só se concluiu, Sr. Deputado, em junho de 2017 — 30 de junho de 2017 —, não me parece que tenha sido propriamente uma coisa que se tenha feito à pressa. Não foi feito, Sr. Deputado, garanto-lhe, e foi feito com um rigor financeiro sobre o qual eu posso responder, naquela que é a exposição que o Estado assumiu perante a TAP naquele momento.

É só, obviamente, isso que eu lhe posso, neste momento, transmitir, e dizer-lhe que o rigor foi a palavra de ordem, como, aliás, em todos os momentos da gestão financeira do País, naqueles dias.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, não me referia, naturalmente, ao *timing* da conclusão do processo. Referia-me, naturalmente, à forma como se decidiu inverter o estado de coisas que o PSD se propôs fazer. Porque, e o Sr. Doutor saberá, certamente, há uma carta assinada por parlamentares do Partido Socialista, enviada à PARPÚBLICA, a pedir a reversão imediata — não são palavras minhas, por isso é que eu lhe perguntei sobre a reversão — do processo de privatização.

Portanto, o que lhe pergunto é se os membros do Governo não estavam em articulação com a bancada que os suportava.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, devo recordar-lhe que o que foi feito, em termos da reconfiguração das prestações sociais da TAP, estava no programa eleitoral do Partido Socialista, estava no Programa do Governo — que, aliás, era uma transposição, após os acordos de incidência parlamentar com o Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista «Os Verdes» — que foi sufragado, foi submetido à Assembleia da República.

Como sabe, os programas do Governo são votados, pode haver moções de censura e eles não passam — aquele, não foi sujeito a nenhuma moção, portanto o Programa do Governo tinha lá inscrita esta ação estratégica, muito relevante para o programa do XXI Governo — e, portanto, aquilo perante o qual responde um governo é o programa do Governo. E aí, Sr. Deputado, não tenho a menor dúvida, estava lá inscrita esta linha estratégica e ela foi cumprida. Como, aliás, também estavam todas as que dizem respeito ao rigor financeiro com que o País foi gerido naquela altura

e também essas foram cumpridas. Peço desculpa por estar a recordar isto outra vez, mas é porque é mais a área onde eu passava os meus dias, naquela altura.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, acredito que tenha sido uma privatização. O que fez o PSD foi realmente uma privatização, o que mais fundamentação dá à minha tese, quando o Ministro João Galamba diz que «o negócio com a Airbus mostra que a operação, em 2015, não foi bem uma privatização». Portanto, para o Ministro João Galamba dizer que não foi bem, é porque realmente foi, porque ele não acerta uma, não era agora que ia acertar, não é?

*Risos do PSD.*

Mas, ainda relativamente a isto, eu pergunto-lhe: tem alguma dúvida em relação ao denominado negócio dos fundos Airbus?

Para quem está dentro da área económica — e o Sr. Doutor está muito mais envolvido, até, do que qualquer um nesta sala — facilmente percebe que é um negócio perfeitamente usual nos mercados financeiros mundiais. Não vejo nada de estranho, mas se o Sr. Doutor vir, diga-nos, por favor.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Tive já oportunidade de referir aqui, a colegas seus, em questões anteriores, que eu não tenho informação suficiente para a nível de uma comissão parlamentar de inquérito.... Acredite, Sr. Deputado, que tem muito mais informação do que eu, neste momento, para responder a essa pergunta.

O contributo muito pequeno que eu poderia dar nessa matéria iria sempre ter as limitações da minha falta de informação.

Não sei, exatamente, qual é o perfil da operação, nem sei, exatamente, por exemplo, se o Tribunal de Contas tinha essa informação quando emitiu o parecer que emitiu em relação à operação de novembro de 2015.

Não tenho informação que possa ser útil, Sr. Deputado. Peço desculpa por isso, mas não tenho e acho que deve ser um dos temas que esta Comissão apure, mas eu não sou a pessoa mais indicada para contribuir para essa explicação.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Doutor disse, há instantes, aquando lhe foi colocada outra questão, que não houve uma transição, uma passagem da pasta do dossiê TAP do Governo PSD/CDS para o Governo Socialista.

Pergunto-lhe, objetivamente: ninguém lhe deu, de fora do Governo, um dossiê sobre a questão TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Aquilo que o Sr. Deputado disse sobre a pasta de transição é verdade, na área das Finanças. Portanto, não havia nenhum elemento sobre a TAP na pasta de transição da Ministra do XX Governo para o Ministro do XXI Governo e eu não recebi, de fora do Governo ou da área governativa, nenhum dossiê sobre a TAP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, convido-o a fazer aqui um pequeno exercício de memória: dia 9 de dezembro de 2015, terá havido uma reunião entre o Sr. Doutor, o Dr. Pedro Marques, Ministro das Infraestruturas, à data, e o Dr. Pedro Ferreira Pinto, Presidente da PARPÚBLICA.

O Dr. Pedro Ferreira Pinto disse aqui que lhe entregou, a si e ao Dr. Pedro Marques, um dossiê completo e que após 15 ou 20 minutos de conversa, que — não foram estas as palavras dele, que eu vou dizer a seguir, mas a ideia é mais ou menos esta — foi ignorado.

Portanto, nem o Dr. Mário Centeno, Ministro das Finanças, nem o Dr. Pedro Marques, Ministro das Infraestruturas, quiseram saber de rigorosamente nada. E, para espanto do Dr. Pedro Ferreira Pinto, e agora passo a citar: «Disponibilizei-me para dar mais informações de futuro, mas nunca mais fui questionado, o que me causou enorme espanto. Nem o Ministro das Finanças, nem o Ministro das Infraestruturas me pediram qualquer esclarecimento adicional sobre o dossiê TAP.»

Isto é mesmo assim?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Claro que não.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Podemos assumir, então, que o Dr. Pedro Ferreira Pinto terá faltado à verdade, nesta Comissão?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Claro que não. Eu só disse que isso que está descrito na frase que o Sr. Deputado leu não aconteceu assim.

No dia 9 de dezembro, que, por sinal, é o meu aniversário... Os dias nas Finanças eram muito longos e cabia quase tudo. Se o Sr. Deputado regressar ao dia 9 de dezembro de 2015 e se lembrar do que estava a acontecer neste País com o Banif (Banco Internacional do Funchal), consegue seguramente fazer jus a esta minha frase.

Não há, no meu gabinete, nenhum registo dessa reunião. O meu Secretário de Estado, que tinha a tutela das empresas não financeiras, não teve essa reunião.

Houve — e aí, sim, a minha primeira resposta —, nas semanas seguintes, reuniões — que foram crescentes, em termos de número e de incidência, mas eu não estive nessas reuniões — do Ministério das Finanças, em particular do Secretário de Estado da tutela, como, aliás, ele já teve oportunidade, numa comissão, a semana passada ou há duas semanas, de

referir. Não foi na CPI, foi numa comissão aqui na Assembleia. Foram reuniões com o Presidente da PARPÚBLICA, em que o Presidente da PARPÚBLICA teve a oportunidade de passar informação sobre a TAP, como é evidente.

Por isso, não é verdade que ninguém lhe tenha feito nunca nenhuma pergunta, nem que não tenha tido a oportunidade de dar essa informação. Teve-a e de forma continuada. Tanto é assim, que, no momento em que o Sr. Presidente da PARPÚBLICA deixa de exercer funções, teve um louvor político entregue pelo meu Governo, na pessoa do Secretário de Estado que tutelava a PARPÚBLICA, por essa prestação.

Sobre o resto, Sr. Deputado, eu não lhe posso responder.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas confirma que, então, não esteve na reunião do dia 9 de dezembro com a PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Eu não sei se a reunião existiu, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Dr. Pedro Ferreira Pinto garante que sim. Passo a publicidade, mas há uma notícia do *Observador* que diz: «Pedro Ferreira Pinto revelou a realização de uma reunião no dia 9 de dezembro, onde estiveram os Ministros Pedro Marques e Mário Centeno, os Secretários de Estado Guilherme d'Oliveira Martins e Ricardo Mourinho Félix, que viria a ficar com a tutela da PARPÚBLICA, e vários membros dos dois gabinetes.»

Portanto, posto isto, eu não lhe vou voltar a perguntar o mesmo, pois já me respondeu duas vezes. Como diria uma personalidade, «investigue-se». Há alguma coisa aqui que está...

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não, para nós, é relevante, na medida em que um Presidente da PARPÚBLICA diz que passa os dossiês e acusa, passo a expressão, dois ministros de não quererem saber do caso. Parece-me relevante, não é? Pelo menos, queria dar a oportunidade aos Srs. Ministros de se defenderem de tal afirmação, de não quererem saber daquilo.

Bem, mudemos de assunto: VEM (Varig Engenharia e Manutenção) Brasil. Certamente que o Sr. Doutor acompanhou este processo; enquanto financeiro, terá a sua opinião muito própria em relação a isto. Foi, ou não foi, um negócio perfeitamente ruinoso, em termos financeiros, para a TAP?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Deixe-me só ir à pergunta anterior: eu quero confirmar que o Sr. Presidente da PARPÚBLICA passou a informação que achou relevante ao Ministério das Finanças. O Ministério das Finanças recebeu essa informação e trabalhou com o Sr. Presidente da PARPÚBLICA durante mais de um ano, porque o Sr. Presidente da PARPÚBLICA só foi substituído em fevereiro de 2017. Isto é aquilo que corresponde aos factos totais.

Portanto, há passagem de informação e há um trabalho muito aturado com a PARPÚBLICA. Podia não ser na pessoa do Sr. Presidente, podia ser na pessoa de outros membros do Conselho de Administração, seguramente com os assessores jurídicos que a PARPÚBLICA tinha para este processo, que trabalharam bastante neste dossiê. Mas que não fique aqui nenhuma dúvida sobre esta matéria, nem sobre a proximidade com que o Ministério das Finanças acompanhava estas questões, em particular através destes instrumentos, destes mecanismos que o Estado tem, porque é a estrutura que tem. Quem era o acionista era a PARPÚBLICA, portanto, era a

PARPÚBLICA que tinha de trazer a informação ao Ministério das Finanças. E a PARPÚBLICA é uma tutela do Ministério das Finanças.

Agora, fez uma pergunta sobre o Brasil. Eu já disse aqui, numa resposta a um colega seu, que não acompanhava o processo, enfim, a esse nível da gestão da TAP. Se olharmos para os resultados, não parece que financeiramente tenha sido um investimento de grande sucesso, na TAP. Se do ponto de vista estratégico pudesse ter alguma dimensão adicional, não lhe consigo referir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Agradeço a sua resposta e já lhe coloco uma questão ainda relativamente a esta resposta que me deu agora.

No entanto, deixe-me recuar um pouco, porque confirmou que o Ministério das Finanças tinha recebido, então, por parte da PARPÚBLICA, um dossier. Eu tinha ficado com a ideia de que o Sr. Doutor tinha dito anteriormente que, à exceção do Governo, não tinha recebido de mais ninguém qualquer tipo de informação, por isso é que voltei à carga. Mas, afinal, equivocou-se o Sr. Doutor ao responder que, fora dos membros do Governo, não tinha recebido qualquer informação. Ficamos a saber que sim. Pelo menos, da PARPÚBLICA, recebeu.

Relativamente ao que me disse da VEM Brasil, como, naturalmente, a opinião que o Sr. Doutor tem é a mesma que eu tenho, deixe-me perguntar-lhe o seguinte: como é que o Ministro das Finanças, que é o homem de confiança do Primeiro-Ministro, chamemos-lhe assim, é o n.º 2 do Governo, e o melhor amigo do Primeiro-Ministro, que era conselheiro do Governo, tem opiniões tão díspares no que à VEM diz respeito?

O Sr. Doutor disse, e muito bem, «foi um negócio que de bom não tem nada». Lacerda Machado disse que foi o melhor negócio que a TAP poderia ter feito em 50 anos. O n.º 2 do Governo e o melhor amigo do Primeiro-Ministro, consultor do Governo, que depois vai para a Administração da



TAP, por via da PARPÚBLICA, tem opiniões distintas em relação a um dossiê com esta importância.

Como é que convivia com Lacerda Machado?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Deixe-me primeiro clarificar que eu não entendo a PARPÚBLICA como uma parte exterior à gestão do Estado e do Governo. A PARPÚBLICA é tutelada pelo Ministério das Finanças e a informação que o Ministério das Finanças recebeu foi através dos organismos do Ministério das Finanças, ou tutelados pelo Ministério das Finanças, aos quais compete dar informação sobre todos os temas, em particular este.

Portanto, é evidente que a minha resposta, há pouco, não estava no âmbito da intervenção da PARPÚBLICA, porque essa gestão da tutela da PARPÚBLICA foi sempre feita de forma muito efetiva, e foi passada a informação que a PARPÚBLICA entendeu por bem passar ao Governo nesse contexto.

Em relação às visões que possamos ter, eu e outra pessoa qualquer, sobre os temas, eu só respondo pelas minhas. Não consigo, não posso. Não faz também parte do âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito eu comentar opiniões de outras pessoas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sabemos a sua, sabemos a de Lacerda Machado. Posso perguntar-lhe, uma vez que, certamente, conversava muito com o Sr. Primeiro-Ministro, qual era a opinião que ele tinha sobre a VEM Brasil?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não me lembro de falar com o Sr. Primeiro-Ministro sobre essa matéria.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não vou insistir. Gostávamos de ter a versão do Sr. Primeiro-Ministro, mas foi-nos chumbado o requerimento. Não vamos conseguir tê-la, certamente.

Deixe-me voltar outra vez ao tema, porque nos parece importante. O Sr. Doutor deu-nos uma descrição detalhada sobre o processo que envolveu a PARPÚBLICA e o envio de informação. Pelo que me disse, durante vários meses trabalharam essa informação. Mas temos também este contraditório por parte do Dr. Pedro Ferreira Pinto. Segundo ele, não quiseram saber, nem o Ministério das Finanças, nem o Ministério das Infraestruturas. Simplesmente, passou a informação. Foi isto que nos foi transmitido na Comissão. Passou a informação, tiveram 15, 20 minutos de uma conversa superficial sobre o tema e, depois, nunca mais lhe terão pedido qualquer informação sobre a TAP.

O Sr. Doutor, agora, diz exatamente o contrário, o que me parece perfeitamente normal, que houvesse meses de conversa sobre um dossiê desta importância.

Pergunto-lhe, para finalizar: em que é que ficamos?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Tenho de lhe responder a mesma coisa que respondi há pouco e, portanto, ficamos onde estamos.

O Sr. **Presidente**: — Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Governador Mário Centeno, deixe-me só confirmar uma coisa, que não apanhei bem. Afinal, recebeu um dossiê, ou uma *pen*, não sei, com os documentos da PARPÚBLICA, certo? Ou o Ministério das Finanças recebeu, pelo menos.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O Ministério das Finanças recebeu informação da PARPÚBLICA sobre o processo TAP, até porque ele foi reaberto e, portanto, foi necessário trabalhar em cima da privatização feita em novembro de 2015. Houve, obviamente, troca de informações entre a PARPÚBLICA e o Ministério das Finanças sobre essa matéria.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — O Ministério das Finanças recebeu essa informação e não ouviu nada sobre os fundos Airbus?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não fui eu quem recebeu essa informação, porque eu não tinha a tutela da PARPÚBLICA, era um secretário de Estado meu que o fazia.

A informação que eu tenho, a meu nível, é a de que, nessa informação que foi prestada pela PARPÚBLICA, não constava nada sobre esses fundos Airbus.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Depois, na 2.ª ronda, já volto a este tema.

Deixe-me perguntar-lhe algo relativamente aos 55 milhões de euros. Já nos disse e, por isso, não lhe vou perguntar como é que se chegou lá, mas quero perguntar-lhe outra coisa. Nas cláusulas 24.ª e 25.ª do Acordo Parassocial vemos que existe esta possibilidade de o Sr. Neeleman recuperar as prestações acessórias colocadas na TAP em caso de incumprimento do Estado. Eu gostaria de lhe perguntar quem é que decidiu isto.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Isso foi decidido no contexto negocial, em que um conjunto de matérias estiveram em cima da mesa. Obviamente, quem negociou o acordo foi o Governo, portanto, quem decidiu foi o Governo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E esta cláusula não lhe pareceu, vamos dizer, perigosa?

Há pouco, tinha dito que qualquer decisão estratégica passava sempre pela sua análise e tínhamos aqui uma cláusula que poderia custar cerca de 224 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Nestes cenários de contrafactual, teríamos de imaginar qual era o incumprimento do Estado que poderia desencadear essa cláusula. Honestamente, não consigo ainda hoje imaginar qualquer cenário como tal.

Mas também lhe digo que há um conjunto de princípios nestas negociações que visam dar conforto a todas as partes, na ausência de contratos que, na teoria dos contratos, se designam «contratos completos», que preveem todas as contingências possíveis que consigamos colocar nesses contratos, que existam. Não existe esse tipo de contratos. Portanto, os contratos têm sempre uma boa dose de boa-fé e têm, aliás, um quadro jurídico por trás que os completa sempre e quando necessário. Estou a falar do Código das Sociedades Comerciais, do Código Comercial, estou a falar de todo esse quadro jurídico, para o qual, aliás, os contratos remetem.

Portanto, estávamos a falar de um conjunto de equilíbrios nessa negociação que visavam ter este cuidado. Acho que, quer do lado do Estado, quer do lado do privado, isso chegou a um equilíbrio que está vertido nessa vertente contratual, e é isso que essa cláusula reflete também.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me só dizer-lhe que eu vejo, por exemplo, um cenário muito possível onde haveria incumprimento: bastava que os próprios senhores, ou um Governo novo, fizessem o mesmo que fizeram com a recompra e estaria o incumprimento já feito.

Deixe-me perguntar algo, ainda sobre a recompra. O Tribunal de Contas identifica aqui encargos de 3,6 milhões de euros em consultoria. Por acaso não nos sabe dizer quem é que os recebeu? Nós não estamos a conseguir identificar e, de toda a gente que vem aqui, ninguém sabe quem é que recebeu estes 3,6 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Quem é que os pagou?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi a TAP!

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Pois, se foi a TAP, não sei.

Mas, já agora, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, completando um pouco a pergunta que me fez, porque é muito importante. Há pouco, logo no início da resposta acho que à primeira pergunta do Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, referi a característica dependente do momento inicial em que estas negociações são sempre feitas. A verdade é que havia um conjunto de cartas de conforto para a banca que eram muito mais abrangentes — porque tinham uma cláusula de aquisição potestativa obrigatória pelo Estado em caso de incumprimento da TAP daqueles empréstimos — do que esta cláusula concreta de que o Sr. Deputado me está a falar.

Não estou com isto a dizer que a pergunta que me fez não deva ser feita, porque devemos-nos questionar sobre este tipo de equilíbrios nestes contratos. Mas a verdade é que partimos de um ponto em que a abrangência da cobertura explícita pelo Estado de contingências financeiras na TAP, que cobria desde a dívida pretérita à dívida presente e à dívida futura, era muito superior do que aquela que esta cláusula em si encerra.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em relação a essa parte da dívida futura, já me parece mais discutível.

Falou das cartas de conforto. Acho que o Sr. Governador tem muitos méritos e não precisa de tentar cobrar méritos de outros. Há pouco, quando falou da redução dessa dívida garantida, chamemos-lhe assim, na prática, essa redução foi feita pela gestão da TAP e não pelo Ministério das Finanças.

O que lhe gostava de perguntar é: se essa dívida, se essas garantias eram tão perigosas para o Estado, como o PS tem dito, e eram tão boas para os privados, então, qual é que seria o incentivo do privado para a reduzir em 70 % ou mais de 70 %? Foi o que aconteceu.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Era uma dívida cara e era uma dívida que, aliás, foi reduzida no contexto de emissões obrigacionistas que a TAP fez nos meses anteriores. Em resultado dessa reformulação do plano de financiamento da TAP, aconteceram essas duas coisas.

Tem toda a razão, o mérito dessa redução não era do Ministério das Finanças. Eu só referi essa dimensão e essa componente porque, na verdade, isso significava que os princípios que tínhamos definido inicialmente estavam no bom caminho. Foi só nessa dimensão.

Acho que quando uma empresa reformula o seu plano de financiamento, uma empresa como a TAP, que, naquele momento, estava num processo de consolidação e em que, enfim, o plano de negócios evoluía — havia, aliás, referências feitas pela própria gestão da TAP e que consubstanciaram, inclusive, avanços em relação ao parassocial de 2017, no sentido da abertura do capital a terceiros, que só ocorreria no âmbito parassocial se a empresa tivesse uma valorização superior a 600 milhões de euros —, a gestão privada da TAP, naquela altura, acreditava que essa era a realidade. Ou seja, havia um movimento no bom sentido da empresa, no período imediatamente anterior à covid. Se, depois, caso não tivesse havido a covid, se se materializaria ou não, é um «se» ao qual nunca conseguiremos dar resposta. Mas a verdade é que havia essa vontade do lado dos privados e

era uma decorrência do parassocial que o Estado acompanhasse essa abertura do capital, atingidos determinados patamares de desempenho da empresa. E a gestão privada achava que estava capaz de os atingir.

Eu, na altura, posso-lhe dizer, enquanto Ministro das Finanças, achava que isso ainda não era a realidade. Mas esse era o sentido e a direção que estávamos a seguir.

Portanto, acho que o plano de financiamento que a TAP estabeleceu nessa altura, e do qual resultou essa redução da exposição à dívida bancária de forma muito significativa, era também uma tradução desse momento que a empresa vivia e de objetivos que os privados também tinham. Mas eu não posso responder pelos objetivos deles. Eu só posso dizer que vi com muito bons olhos a redução da exposição bancária, porque ela também reduzia a exposição do Estado em termos de garantias. Isso foi, para nós, muito importante.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me perguntar também se considera que as notificações enviadas pelo Governo PSD do direito potestativo aos bancos são cartas de conforto.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Interrompemos a contagem do tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

Perguntei se considera que os documentos enviados, relativamente ao exercício do direito potestativo pelo Governo anterior ao seu, são cartas de conforto.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A interpretação que existe daqueles documentos era a de que eram cartas de conforto. É aí que se abre o debate sobre o auxílio de Estado.

Se esse debate chegava com esta conclusão ou outra conclusão, nós não conseguimos fazê-lo aqui com toda a honestidade, porque isso é um tema mais vasto. Mas que abria esse debate, abria, e era uma pressão que poderia levar a que o Estado fizesse qualquer coisa.

Não era a motivação nem política nem financeira para aquilo que foi feito. Quero deixar isto muito claro, pelo menos do meu ponto de vista. A motivação política era o Programa do Governo, e um programa do Governo, por qualquer membro do Governo, só tem um objetivo, que é ser cumprido.

Havia uma decorrência que era preciso acautelar, que era a substituição daquelas cartas de conforto, ou daqueles documentos, por algo que pudesse ser enquadrável noutras condições, e foi isso que foi feito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Agora, gostava de lhe perguntar se isso foi mesmo feito ou não, porque o Governo do PS enviou uma «declaração» — era este o nome do documento — a oito bancos, e o Tribunal de Contas diz que o resultado desta declaração é que reforça as obrigações da carta de conforto.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Essa declaração de que fala e as garantias prestadas pela PARPÚBLICA têm um foco muito claro, que é a dívida pretérita, que, aliás, é uma decorrência da legislação nacional. Não foi criado ali um instituto novo nesse campo. Aliás, a resposta que o Ministério das Finanças, na altura, dá ao Tribunal de Contas torna isso muito claro.

Portanto, há uma assunção de uma garantia sobre dívida pré-existente à data da privatização, no acordo de acompanhamento do plano de financiamento que foi feito em julho de 2017. Eu posso, depois, passar à



Comissão este trecho da resposta que demos, para não estar aqui a ler, porque é sempre maçador.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Também está anexo.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Exatamente, está anexo ao relatório do Tribunal de Contas. Vou poupar-vos, até porque tinha de pôr os óculos para ler e poderia ser maçador. [*Risos.*]

Mas a resposta que eu lhe queria dar, Sr. Deputado, é essa. Ou seja, há essa garantia assumida pela PARPÚBLICA, em nome do Estado, claramente, sobre a dívida pretérita e só essa.

Sobre a questão da dívida futura, sobre a qual o Sr. Deputado referiu que havia dúvidas, ela entra neste cômputo, no sentido em que o exercício potestativo por solicitação dos bancos, após o incumprimento da TAP da dívida, *lato sensu*, obrigava o Estado automaticamente a ficar com toda a dívida da TAP naquele momento. Ou seja, era a dívida presente no momento da privatização e toda a que fosse acumulada posteriormente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que me parece também, pela auditoria, é que o Tribunal de Contas não considera que essa dívida futura estivesse incluída. Exatamente por isso é que disse que a recompra reforçou as obrigações já existentes, a menos que me diga — e acho que não vai dizer — que o Governo do PS reforçou essas garantias para a dívida futura. Acho que é consensual que não.

Por isso, o que lhe queria perguntar, no seguimento disto, é se, pelo menos em relação à dívida passada — se for assim mais consensual para a discussão —, essa declaração enviada pelo Governo do PS não é também, basicamente, uma carta de conforto.

Deixe-me só ainda dizer isto: até porque o Tribunal de Contas diz que tornou a PARPÚBLICA a única responsável perante as instituições financeiras por aquela dívida.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A minha interpretação, que pode diferir da interpretação do Tribunal de Contas — mas eu, nesta Casa, já tive vários momentos em que a minha interpretação diferia da do Tribunal de Contas, e isso não fez de mim melhor nem pior, nem o Tribunal de Contas melhor ou pior —. é a minha interpretação e eu só a vou dar, Sr. Deputado, porque tem a ver com um momento muito concreto e um ato, enfim, do Governo, num momento em que eu era membro do Governo.

As cartas de conforto, com as obrigações que o Estado assumia através delas, tal como elas estavam desenhadas em 2015, no meu entender, a partir do momento em que o Estado se via na obrigação, de forma potestativa, de ficar com toda a dívida da TAP quando a TAP incumprisse com os bancos essa dívida, incluíam a dívida no momento da privatização e todo o processo de endividamento futuro.

Aquilo que foi feito no momento da reconfiguração foi restringir o montante de dívida que estava ao abrigo das garantias emitidas pela PARPÚBLICA. Depois, havia um mecanismo de prestações acessórias para assegurar que esse pagamento era feito aos bancos via TAP. Essa garantia incidia exclusivamente naqueles 400 milhões de euros de que falei há pouco. Vou voltar a dizer o número: 465,9 milhões de euros, que foram, depois, reduzidos, em 2020, para 141,9 milhões de euros, e nunca foi acionada esta garantia.

Como estávamos a reduzir a exposição do Estado, fica demonstrado — pelo menos é a minha opinião — que o que estávamos a garantir era apenas a parte da dívida que existia à data da privatização, que foi sendo

reduzida, porque a TAP substituiu parte dessa dívida por outra dívida que não tinha garantia do Estado...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Lá está!

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — ... e porque, entretanto, pagou aquilo que pagou.

A extensão que foi feita em dezembro de 2020 tinha também uma vantagem adicional, que posso partilhar com o Sr. Deputado, para a TAP: o alargamento do prazo de vencimento. O prazo de vencimento da dívida que estava garantida era 12 de novembro de 2022 e, em fevereiro de 2020, passou para 12 de maio de 2024.

Portanto, dos 141 milhões de euros havia um alargamento do prazo da data de vencimento desta componente da dívida.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em relação ao direito potestativo, ele desapareceu, mas foi criada uma figura, um novo direito de substituição que a Atlantic Gateway poderia ativar, segundo a cláusula 20 do acordo parassocial, em que, basicamente, o Estado se substituiria à Atlantic Gateway na realização das prestações acessórias. Aliás, o que diz o artigo 10.º é que se um dos lados não fizer as prestações acessórias o outro fá-las-á, e, segundo o documento, seriam 270 milhões da PARPÚBLICA, 243 milhões da Atlantic Gateway, num valor total de 513 milhões.

Pergunto-lhe se isto lhe pareceu ser uma boa opção.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Os números que o Sr. Deputado acabou de referir são aqueles que permitem somar, se somarmos as duas parcelas, as prestações acessórias que decorriam da garantia que estava a ser dada aos créditos, que eram feitas num valor de 110 % do valor dos créditos e que, em

2017, somavam 512 milhões de euros — 270 da PARPÚBLICA, 242 da Atlantic Gateway — e, além disso, há uma cláusula que diz que a PARPÚBLICA pode fazer-se substituir à Atlantic Gateway nestes 242 milhões de euros se a Atlantic Gateway o solicitar.

Mas isto soma exatamente... Não há aqui nenhum instrumento, nada de novo face à existência da garantia dos empréstimos de que falámos há pouco; é apenas uma translação, digamos assim, para as prestações acessórias da garantia que já tinha sido dada, ou que estaria a ser dada, melhor dizendo, pela PARPÚBLICA àqueles créditos.

Tanto é assim que na revisão, no primeiro aditamento a este acordo de acompanhamento do plano financeiro, estas prestações acessórias são diminuídas: a da PARPÚBLICA passa para 82 milhões de euros, a da Atlantic Gateway para 74 milhões de euros. Isto soma 156 milhões, que são 110 % dos 142 milhões de euros de empréstimos que ainda estão vigentes, que estão a pagamento, em fevereiro de 2020.

Portanto, na verdade, este passo, digamos assim, estatutário na TAP, que é refletido nestes acordos de que o Sr. Deputado está a falar, não é mais do que a tradução das garantias que estão dadas aos empréstimos via prestações acessórias na TAP.

Quem está a prestar a garantia — e isso é inelutável, é verdade e decorre da dificuldade que a TAP tinha em 2015, que só foi privatizada, ou melhor, uma das questões que permitiu a sua privatização foram as cartas de conforto; não só na carta de conforto não havia nenhum limite e nestas garantias há um limite — são estas prestações acessórias de que estamos aqui a falar. Como este limite foi altamente revisto, como o Sr. Deputado bem disse, com uma redução de quase 70 % passados três anos — nem tanto, dois anos e meio —, essa exposição foi verdadeiramente reduzida, nesse momento do tempo. E depois veio a covid.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isso eu entendo, mas a grande questão...

Não vale a pena voltarmos ao tema, já percebemos que é uma questão de entendimento até, se calhar, mais jurídico do que outra coisa, sobre se isto envolve a dívida futura ou não, porque se não envolver, mais número menos número, as garantias de um lado e do outro são praticamente iguais.

Queria passar para a nacionalização — e aos 55 milhões não vou voltar já —, mas, antes disso queria-lhe perguntar o seguinte: no Orçamento suplementar de 2020 foi inscrita uma verba de 1200 milhões para a TAP como despesa de capital, mas durante esses meses todos o Governo andou a dizer-nos que era um empréstimo.

Gostaria de saber, primeiro, porque é que esta verba foi inscrita assim e, segundo, se souberam desde o início que a TAP não iria devolver o dinheiro.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Confesso-lhe que não consigo, neste momento, responder-lhe qual seria a diferença e o que é que poderia estar a ser escondido, porque se há processo que é difícil de esconder é o decorrente das negociações com a Comissão Europeia, em particular quando as decisões são tomadas.

Não havia nada a esconder! Havia 1200 milhões de euros que só estavam a ser registados naquele momento no Orçamento do Estado suplementar porque tinham suporte de uma decisão da Comissão Europeia, Nós não podíamos dar esse apoio de emergência se a Comissão Europeia não o permitisse, pois poderíamos estar a incorrer numa ajuda de Estado ilegal e Portugal também já sabe bem o que isso significa, porque já tivemos consequências muito gravosas para algumas empresas portuguesas por ajudas de Estado ilegais, que, depois ,acabam por dizimar totalmente as empresas e, portanto, isso não era uma solução.

Eu presumo que estejamos a falar, do ponto de vista meramente técnico, de uma questão de contabilidade pública. Confesso-lhe que não consigo, neste momento, dirimir qual seria a alternativa que poderia... Mas para esconder, posso garantir-lhe, Sr. Deputado... Houve uma conferência de imprensa do meu Ministério, no dia 10 de junho, explicando aquela decisão da Comissão Europeia, explicando as consequências e dizendo que era um empréstimo dado ao abrigo do Tratado de Funcionamento da União Europeia, que permite — é uma das modalidades — este tipo de empréstimo que não é um empréstimo: é um empréstimo que, se não for devolvido, obriga à reestruturação da empresa.

Uma das consequências de a TAP assumir este empréstimo era o conjunto de alterações, muito significativas, que tinham de ser feitas ao parassocial, porque a gestão deste empréstimo dentro da TAP trazia responsabilidades acrescidas ao Estado português que não eram estritamente compatíveis com o parassocial que foi assinado em 2017, e, por isso, havia uma alteração substancial das condições de funcionamento da TAP e, provavelmente, o privado tinha, seguramente, uma opinião sobre isso.

Mas a verdade é que estávamos todos a assumir responsabilidades naquele momento. Todos! E era importante, e foi sempre isso que o Governo disse — e eu, há pouco, já referi declarações do Sr. Primeiro-Ministro no dia 7 de maio nesta Assembleia da República sobre a vontade do Governo em manter um parceiro privado e que a gestão privada continuasse à frente da TAP —, no contexto dos apoios que pudessem ter de ser dados, mas os privados tinham de acompanhar esse esforço.

A verdade é que no fim de junho — eu já não estava no Governo — soubemos que os privados não só não aceitavam o empréstimo como não estavam capazes de acompanhar o esforço que estava a ser pedido à TAP.

É um tema sobre o qual eu não vou dizer mais nada, porque foi o último ato, digamos assim, do Governo a que eu pertenci, que teve como

consequência esta autorização da Comissão Europeia. Mas, Sr. Deputado, confesso que esconder não faz parte das regras do jogo. Nada está escondido aqui.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não era esconder, a questão era saber se no verão, naqueles meses, enquanto o Estado dizia que era um empréstimo, na verdade, se já sabia que o empréstimo iria ser convertido em capital e que, por isso, o dinheiro não iria voltar. Era mais saber isso.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Era um apoio de emergência, o nome é longo em português, em inglês é muito simples — *rescue and restructuring*. A tradução de *rescue* nesta frase é «auxílios estatais de emergência e à reestruturação» — artigo 107.º, n.º 3, alínea *c*) do Tratado de Funcionamento da União Europeia, que é uma das modalidades que havia disponíveis para a TAP naquele momento. As outras duas modalidades, que se comprovaram não estarem disponíveis para a TAP, eram: o quadro temporário de covid — vou ser exato para quando transcreverem — artigo 107.º, n.º 3, alínea *b*); ou a compensação de danos, artigo 107.º, n.º 2, alínea *b*). Tudo isto são artigos que regulam o funcionamento das autoridades da concorrência e a forma como estas matérias se colocam no âmbito europeu.

A TAP não estava elegível — e, aliás, o próprio comunicado da Comissão Europeia é muito claro — para o quadro temporário da covid. Porquê? Porque, antes da covid, em dezembro de 2019, a TAP não era uma empresa viável, segundo os critérios que a Comissão Europeia utiliza para identificar empresas viáveis, que têm que ver com a existência de capitais próprios, entre outras questões, durante bastantes anos; e a compensação de danos era uma via potencialmente alternativa, com menos restrições do ponto de vista da reestruturação, mas em que o volume de apoio que o Estado poderia dar era demasiado curto, admitindo que a TAP passaria nos critérios

de viabilidade que se iriam colocar, porque era dinheiro público que estava a ser colocado. E este dinheiro público que é colocado nestas empresas — a experiência que temos é, se calhar, infelizmente, bastante grande nesta dimensão — tem uma tónica que é absolutamente crucial e que eu subscrevo completamente: o que for feito com esse dinheiro deve colocar estas empresas, depois de uma reestruturação, numa situação em que sejam viáveis. É a segunda parte deste apoio. É neste processo que estamos, isto agora é o futuro.

Em relação a 10 de junho, era totalmente claro e transparente o que estava a ser feito.

Se o Sr. Deputado me pergunta se, àquela data, sabia qual a probabilidade de recuperar aquele empréstimo feito à TAP... Como eu respondi há pouco ao Sr. Deputado, era obrigação da empresa, com certeza, fazer o que pudesse para que isso acontecesse. Sobre se a probabilidade era muito grande, posso dizer-lhe que a probabilidade não era muito grande, mas nós quando governamos não governamos na base das probabilidades. No artigo do Orçamento do Estado onde isto foi posto não está lá dito «com probabilidade 0,95 vai acontecer isto, com probabilidade 0,05 vai acontecer aquilo»... Não é assim!

Mas o esforço que foi feito, do ponto de vista da República Portuguesa, para dar à TAP as condições de viabilidade, foi, até ao dia 14 de junho — acho que depois também foi, mas eu só posso falar até ao dia 14 de junho —, total, e passava, inexoravelmente, depois de esgotadas muitas alternativas, que acabei de listar, por esta alínea do Tratado de Funcionamento da União Europeia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Esse apoio foi total e eu gostaria de lhe perguntar se não foi desproporcional, até porque o senhor, tendo sido Ministro das Finanças, sabe bem que para o dinheiro ir para um lado tem de



vir de outro. E olhando aqui para os números: há pouco falou do *lay-off*, por exemplo. A TAP recebeu cerca de 10 % do *lay-off* que foi disponibilizado ao País inteiro. Em apoio, em 2020, a economia toda recebeu 1546 milhões, o que comparava com os 1200 milhões que a TAP recebeu neste empréstimo, que depois não foi empréstimo. Por isso, face a estes dados, gostaria de lhe perguntar se foi proporcional o apoio — o que era, aliás, uma das notas que a Comissão Europeia deu nas suas comunicações, ou seja, que o apoio poderia ser desproporcional.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — É verdade, Sr. Deputado, mas eu aí, sem ser com o peso da idade, mas com o peso da experiência, vou relatar-lhe o que encontrámos, quando perante autoridades da concorrência. Neste caso são europeias, mas se elas estivessem em Portugal a exigência seria a mesma.

Este apoio foi aprovado pela Comissão Europeia e é disputável juridicamente nos tribunais europeus. A Comissão Europeia é muito cautelosa, por isso eu há pouco disse que os 1200 milhões de euros tinham de ser o estritamente necessário para garantir que o Estado português não teria de lá voltar a pedir mais dinheiro, mas não pode ser desproporcionado, até porque um dos critérios que é utilizado na avaliação é o da proporcionalidade.

Foram feitas demonstrações financeiras, nada disto é, verdadeiramente, como deve imaginar, aleatório, não é isso que está a subjacente à pergunta do Sr. Deputado, mas há um número importante, que é o apoio por avião e o apoio por avião que a TAP recebeu não era diferente, distinto, do apoio por avião que empresas como a Lufthansa, a Air France ou a British Airways receberam. Era, obviamente, menor, porque a TAP é uma empresa muito menor, mas era um indicador que eu, na altura, como bem diz, como Ministro das Finanças, questionado eu próprio pela variação, muitas vezes diária, destes números, perguntava e tinha estes números na

avaliação que era feita, e tenho a certeza que a Comissão Europeia olhou para estes indicadores e mediu a proporcionalidade desses números.

Eu não quero, obviamente, dizer com isto que a Comissão Europeia não possa cometer erros, mas há um conjunto de matérias e de monitorização de todos estes processos que envolve muitas etapas e que é feito de forma muito apertada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se bem que, depois, esta análise, não desvalorizando, é sempre uma análise mais em relação à concorrência.

Eu estava a pedir-lhe, enquanto ex-Ministro das Finanças, uma análise comparativa em relação ao País, até porque se a formos fazer em relação à concorrência, obviamente, que poderemos ter esse apoio por avião, mas se olharmos para a economia do país ou se olharmos para a despesa pública do país, por exemplo no caso que deu, a Lufthansa recebeu, em percentagem, nove vezes menos em relação à despesa pública do país, porque Portugal é muito mais pobre. Pedia-lhe que fizesse uma análise da proporcionalidade em relação à economia nacional e aos apoios que foram dados nacionalmente. A pergunta era essa e dou-lhe oportunidade de responder a seguir, mas deixe-me já perguntar-lhe outra coisa.

Disse, há pouco, e é verdade — até porque quando o Estado fechou o mercado da aviação, só um investidor privado que fosse completamente irracional é que iria pôr dinheiro no negócio —, que o modelo seguido noutros países foi, sobretudo, um modelo de empréstimos, garantias de Estado, etc. Gostaria de lhe perguntar se sabe, apesar de já não ter estado lá, porque é que o Governo decidiu nacionalizar, ou, se quiser, para ser mais rigoroso, passar a ter controlo público maioritário da companhia.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Tecnicamente não foi uma nacionalização.

Eu estava a socorrer-me da Comissão Europeia sabendo a dureza com que se negocia com a Comissão Europeia e também o conforto que se tem, depois de negociar com ela, face ao resultado final, quer em relação ao contributo público que se coloca nestes processos, quer depois ao resultado final. E eu já citei aqui dois exemplos de sucesso no setor financeiro nos quais estive altamente envolvido — e só os estou a citar porque são exemplos do que estamos a falar —, e também, na altura, se questionou imenso sobre se a capitalização da Caixa Geral de Depósitos teria sido feita em excesso ou não. Isso já foi muito debatido aqui nesta Casa, vamos passar esta página.

Eu acredito que a decisão tomada para este empréstimo — que é aquilo a que posso responder, porque foi o que acompanhei através dos meus secretários de Estado — é proporcional, porque garante que, com a reestruturação, a empresa que daí resultar é viável, senão a Comissão Europeia não aprovaria esta intervenção.

Na verdade, o Sr. Deputado referiu, e bem, porque é um facto, que a Lufthansa pesa menos na despesa pública alemã do que a TAP na despesa pública portuguesa, mas também é verdade que, quase pelas mesmas razões, e, depois, também por causa da nossa estrutura produtiva, a TAP pesa muito mais no PIB português do que a Lufthansa no PIB alemão.

E, portanto, um falho, digamos assim, e uma *débaçle* numa empresa como a TAP em Portugal teria consequências para Portugal que a Lufthansa não teria para a Alemanha.

Com isto eu só quero dizer que temos de olhar para um conjunto mais vasto de indicadores quando queremos tirar conclusões, e acrescentei aqui isto porque eu acho que é importante.

Nós, naquele momento, estávamos a proporcionar à TAP as condições necessárias e, veríamos, se suficientes, para a TAP poder enfrentar um processo de emergência que poderia ser seguido de um processo de reestruturação.

Naquele momento, não foi decidida nenhuma reestruturação da TAP. Na verdade, no dia 10 de junho, quando a decisão da Comissão Europeia foi publicada, não havia, sequer, nenhum aumento da participação do Estado enquanto acionista na TAP, porque a TAP mantinha a mesma estrutura acionista.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Relativamente aos 55 milhões — entretanto, já encontrei aqui — o ex-Presidente da PARPÚBLICA disse que nessa documentação que passou ao Ministério das Finanças, não sei a que governantes em concreto, estava lá a documentação sobre os fundos Airbus.

Por isso, eu gostaria de lhe perguntar quem é que lhe disse que não estava.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — O Sr. Deputado começou a pergunta pelos 55 milhões e depois recuou uns anos. Está a falar agora de...?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Desculpe, isto são já os passos a seguir na minha cabeça... a tentar explicar que os 55 milhões... Esqueça os 55 milhões.

Relativamente aos fundos Airbus, o ex-Presidente da PARPÚBLICA disse que estavam na documentação que foi passada e o Sr. ex-Ministro, há pouco, disse que não, que lhe tinham dito que não e que não tinha visto essa documentação, segundo percebi.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Vamos lá ver: eu só posso questionar os fundos Airbus depois de eles virem a público, ou depois de me ter sido dito. Certo? Portanto, estamos a fazer aqui um *flashback*, que, às vezes, no cinema funciona muito bem e eu já vi em comissões parlamentares de inquérito ser um desastre.

Mas vamos, com alguma calma, voltar a 2015. Em 2015, na documentação que foi entregue ao Ministério das Finanças, não estava lá uma coisa que eu não podia questionar que não estava, porque não estava, não é? E, portanto, hoje, e é daí que eu sei a informação, e vou-lhe responder: foi o Secretário de Estado que tutelava a PARPÚBLICA naquele momento, que prestou, aliás, essa informação já a este Parlamento. Portanto, eu não estou a trazer nada. É o Dr. Ricardo Félix que esteve na Comissão de Economia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, basicamente, teremos de perguntar ao Dr. Ricardo Mourinho Félix e ao ex-Presidente da PARPÚBLICA, afinal, quem é que está a dizer a verdade e se a documentação estava lá ou não. É isso? Só para confirmar.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, eu, há pouco, disse ao Sr. Deputado Filipe Melo que, confesso, não sei se haver uma reunião do dia 9 de dezembro vai mudar alguma coisa na história desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não é a reunião, é a documentação!

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Junto com aquela informação, a tal da documentação, pode ter de perguntar. O que eu lhe estou a dizer é o conjunto de conhecimento que existe hoje, neste *flashback* temporal, no Ministério das Finanças.

Pode sempre haver aqui um problema de memória, coisa que eu acho a que ainda não apelei nestas comissões, desde que cá venho. Pode. Mas a verdade é que esse tema não foi um tema público até há muito pouco tempo. E ele não foi levantado nesse momento, é a informação que eu tenho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Dr. Mário Centeno e agradecer a sua presença.

Já sabe que isto é mais ou menos uma fatalidade: há temas que é forçoso surgirem e serem revisitados, perguntas repetidas, etc., e esta pergunta que eu vou fazer, pegando, precisamente no tema que estava agora a abordar, tem a ver com os fundos Airbus.

Confesso que só não tenho a certeza de ter percebido em que momento, precisamente, é que o senhor ficou a saber deste mecanismo — para usar uma expressão que utilizou há bocado —, sem entrarmos nos detalhes de como é que o mecanismo funcionava.

Pergunto: a existência deste mecanismo foi do seu conhecimento quando, por quem, através de que forma é que ficou a saber?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, eu ia responder ao Sr. Deputado Bruno Dias: no mesmo dia que o Sr. Deputado. Mas como eu não sei exatamente se isto é verdade, vou dizer-lhe: foi quando se tornou público, porque até esse dia, o Ministério das Finanças... Há aqui um problema temporal, certo? Porque eu estou a falar do passado...

Eu vou responder-lhe de outra maneira, porque é talvez a resposta mais clara: no dia em que eu saí do Ministério das Finanças não sabia nada sobre os fundos Airbus.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Na verdade, quando o Dr. Pedro Nuno Santos tinha acabado de tomar posse como Ministro das Infraestruturas, nós,

nesta Casa, questionámos o Sr. Ministro sobre um mecanismo, que não era tão sofisticado, pelos vistos, em relação à Airbus, que era a troca dos contratos dos A350 pelos A330. Nessa altura, o senhor ainda era Ministro das Finanças.

Desse mecanismo, o senhor tomou conhecimento? Porque já não estamos a falar dos últimos meses, estamos a falar de 2018/2019.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Nós sabíamos que tinha havido essa alteração estratégica na TAP. E ainda bem que eu não respondi no mesmo dia do Sr. Deputado,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pois!

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — ... porque, provavelmente, não ia responder certo.

Não foi um tema que, naquele instante, tivesse suscitado, enfim, no Ministério das Finanças e ao meu nível, uma preocupação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, vamos tentar desta maneira. Se fizesse uma pesquisa na sua memória, utilizando a palavra-chave Airbus, o que é que ia encontrar?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — A última viagem que fiz no Airbus deve ter sido a TAP...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é do fim para o princípio, é do princípio para o fim! Ou seja, se o Sr. Doutor, enquanto Ministro das Finanças, tivesse sido informado sobre uma alteração estratégica com potenciais implicações financeiras para a companhia, que estava na tutela já

depois da reconfiguração acionista, e já não estamos a falar destes meandros mais complexos, que têm a ver com aquela comissão, o tal desconto de quantidade, estamos a falar das interações entre a TAP, o acionista privado, a Airbus e o Governo — aliás, esta quadrangulação ficou particularmente clara na audição do Dr. Sérgio Monteiro —, pergunto-lhe: esta figura geométrica simplesmente desapareceu a partir do momento em que o senhor se tornou Ministro das Finanças? Esta ligação entre o Governo, a Airbus, a TAP e o acionista privado, David Neeleman, foi, em algum momento, aparente para o Governo?

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Eu só posso responder pelo Ministério das Finanças.

Eu não conhecia esses atributos geométricos do Dr. Sérgio Monteiro, mas, pronto, se o Sr. Deputado lhos atribui...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu também não chamei «quadrado» ao homem, vamos lá ver!

*Risos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Não, não, eu disse geométricos, eu disse geométricos. Nem sequer definia a figura geométrica já para me defender.

Bom, isto foi só para aligeirar um pouco as horas que aqui já levamos....

O Governo conhecia a alteração estratégica que significava para a TAP a troca de uma compra por outra, uma encomenda de uns aviões, que tinham um determinado objetivo com o enquadramento estratégico novo da TAP. E eu, das discussões que tive no Governo e das conversas que tínhamos sobre esta matéria, naquela definição estratégica que o Governo tinha para a



TAP, não me lembro de isto ser um problema. Não vou dizer «antes pelo contrário», mas vou dizer que não era um problema do ponto de vista da definição estratégica.

O Sr. Deputado estava a perguntar-me, ou talvez eu esteja a intuir, se por detrás desta troca de encomendas poderia haver outro tipo de mecanismos. Isso nunca foi objeto de referência.

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — Muito bem.

Esse tipo de mecanismos, mais complexos e mais problemáticos, no sentido em que eram mais relevantes do ponto de vista económico-financeiro, para a própria TAP e para a posição dos seus agentes, pelo que já ficámos a saber foi do conhecimento do Ministro Pedro Marques, em fevereiro de 2016. Foi em fevereiro de 2016 que o Ministro Pedro Marques ficou a saber, na sequência de uma entrevista que tinha lido numa revista, tendo depois pedido para irem à procura da informação.

A questão é: sendo esta matéria relevante, até para o processo negocial que estava em curso, não faria sentido o Ministro das Finanças ter conhecimento disto?

Ou seja, há aqui dois temas: há o tema geral e abstrato, desconto de quantidade. Se a CP fizer agora — e está a fazer — um contrato para fornecimento de comboios, se a pessoa que está a negociar com o fabricante ficar com a comissão do desconto de quantidade, de certeza que o senhor não considera que isto é aceitável. Já agora, pergunto-lhe se considera que é aceitável.

**O Sr. Dr. Mário Centeno:** — Enfim, é muito difícil responder a cenários hipotéticos do sítio onde estou e tenho evitado fazê-lo.

Se houvesse um tema negocial levantado no âmbito das negociações concretas da TAP que questionasse ou a capacidade financeira ou o

mecanismo financeiro de *apport* de quem quer que seja, esse tema teria sido, obviamente, trazido ao conhecimento e à discussão com o Ministro das Finanças. Aquilo que lhe posso responder é que não foi.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Consente — pelos vistos, não querendo abusar eu — que, de facto, não será aceitável esta coisa de o desconto de quantidade para fornecimento de frotas ficar como comissão para a pessoa que trata da compra.

Mas, em relação ao processo negocial, o senhor ainda há pouco falou, e julgo que registei as palavras com rigor, das «dificuldades típicas de um processo negocial, onde o privado tem a expectativa legítima de ver o retorno do seu investimento e onde as limitações financeiras do Estado português levaram a que fosse diminuto o investimento na empresa aquando da alteração da estrutura acionista».

Ora, não só a expectativa legítima de ver o retorno do seu investimento não era legítima como não havia investimento. É aqui que entra o problema dos fundos Airbus, porque, pelos vistos, havia uma posição negocial da contraparte do Estado português, que era o Sr. Neeleman, a partir de um investimento que não era dele, era da Airbus. E quem é que o ia pagar? Era a TAP.

Portanto, apesar de terem comprado a TAP «com a pele do próprio cão» — já nem era o pelo, já era a pele, porque era aquilo que ainda havia de aparecer —; apesar de ser evidente que a Atlantic Gateway não era controlada por cidadãos comunitários, e essa é uma outra questão que julgo que não tem sido aqui tratada, porque, do ponto de vista efetivo, a Atlantic Gateway não era controlada por cidadãos comunitários; apesar da farsa que foi o conjunto absolutamente irrealista de atos e deliberações adotados em catadupa a 12 de novembro, o Governo optou por manter esses privados na TAP em vez de reverter a privatização.

Ainda há pouco esclareceu, e muito bem, que o que fez foi uma pequena alteração, até não tão profunda quanto isso, da estrutura acionista, em que deu entrada a uma pessoa no Conselho de Administração em nome do Estado, uma presença em nome do Estado. Mas não houve uma reversão, que o PCP defendia.

Portanto, chegados ao final de 2019, a gestão privada estava muito longe de alcançar os objetivos do plano estratégico, os resultados líquidos de 2017, 2018 e 2019 tinham ficado 300 milhões abaixo do apontado no plano estratégico — isto tudo pré-covid — e os capitais próprios estavam não só mais negativos do que no momento da privatização, mas 300 milhões de euros abaixo do plano estratégico.

Pergunto se o senhor confirma isto — é um dado objetivo — e como é que se explica esta opção política do Governo, ainda para mais numa espécie de fragilização da própria posição negocial do Estado, não utilizando dados e informações que o Governo já tinha. Não estou a dizer que fosse o senhor, mas o Governo tinha estes dados, e, no entanto, foi para um processo negocial, pelos vistos, abdicando de uma capacidade negocial que manifestamente não utilizou.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Pois, Sr. Deputado, os números que põe — aliás, a vantagem de falar com o Partido Comunista é que os números estão sempre certos —, e o Sr. Deputado tem toda a avaliação que aqui nos trouxe dos desvios do plano estratégico, são exatamente aquilo que diz.

Aquilo que lhe posso dizer sobre essa matéria, porque não posso saber com exatidão, é que temos aqui, como estava a dizer ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, este *flashback* no tempo, de uma coisa de que não fazíamos ideia, no conjunto da informação que tínhamos no Ministério das Finanças, que pudesse ter ocorrido.

Eu também não consigo saber hoje, neste momento, qual teria sido a consequência disto do ponto de vista negocial. Acho que o Estado não negociou de forma fragilizada, o Estado negociou, do ponto de vista financeiro, perante um primado que, na altura, utilizámos abundantemente, e o Sr. Deputado sabe bem disso, que era a credibilização financeira do Estado português, que não existia.

Portanto, o Estado, quando entrou nesta negociação, como quando entra em qualquer outra negociação, e foram muitas as que tivemos naquela altura, entrou, do ponto de vista financeiro, com os princípios que eu aqui referi logo no início ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, que têm a ver com os impactos orçamentais, o perímetro de consolidação da Administração Pública e a garantia à TAP de um modelo de governação que, do nosso ponto de vista, fosse mais eficiente. Isto tudo com um objetivo político estratégico que estava no Programa do Governo, que era o controlo da TAP.

Eu não lhe posso responder, Sr. Deputado, sobre o que é que outros colegas meus de Governo pudessem ter de informação, porque só posso responder por aquilo que foi aportado às negociações onde o Ministério das Finanças esteve presente. Essa representação fazia-se através do Ministério, com a PARPÚBLICA sempre à cabeça, porque a PARPÚBLICA era o acionista e tinha apoios jurídicos adicionais. Era neste contexto informativo que tudo se passava.

Aquilo que aqui já referi, em relação à informação que a PARPÚBLICA passou — porque passou, mas só passou a informação que passou, não havia nenhuma informação sobre os Airbus —, era aquilo de que eu tinha conhecimento.

Sobre qualquer outra conjectura — e, permita-me, eu sei que não era a sua ideia que eu conjecturasse —, ou qualquer outra afirmação que eu faça sobre o que alteraria naquele momento, não consigo neste momento referir-

lhe o meu ponto de vista, porque era muito importante saber, e ainda hoje não sei muito bem, como é que o mecanismo funciona.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é tanto o que é que aconteceria se a arma fosse usada, a pergunta era mais porque é que ela não foi usada, porque é que não foi usada.

Para terminar, queria só confirmar, pelo que percebi, que não tem nenhuma ajuda para nos dar sobre a razão dos 55 milhões a David Neeleman. Para pouparmos tempo, coloco assim, para poder confirmar se é assim. Julgo que, embora tenha sido durante a sua governação que foram feitas as negociações, que depois foram invocadas, para decidir 55 milhões, ou seja, a consequência veio mais tarde, a origem está na negociação no seu tempo. Daí a pergunta ter sido feita, mas julgo já ter percebido que não é uma resposta que nos consiga dar, sobre os 55 milhões; a razão, objetivamente, não está identificada.

A última pergunta tem a ver com a Lufthansa. Um dos mitos que se tem tentado construir nesta Comissão de Inquérito é o de que, em maio de 2019, a Lufthansa teria feito uma proposta, que ainda ninguém viu, para comprar a TAP. Pergunto-lhe se conhece essa proposta, essa putativa, suposta, proposta da Lufthansa, em 2019.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Deputado, dois esclarecimentos muito cabais e espero que definitivos.

Bom, em relação à segunda pergunta, não, nunca vi a proposta da Lufthansa, não a conheço.

Em relação à primeira questão que me coloca, vou ter de usar a expressão «repetir», que é uma coisa que sei que é penoso para quem aqui está o tempo todo. Mas vou voltar a repetir: nem eu nem os meus secretários

de Estado participámos em reuniões conducentes à aquisição de participações sociais de privados na TAP.

Os 55 milhões, ou o que quer que seja que se passou a partir do dia 15 de junho, não é decorrência de nada que tenha acontecido até àquele momento e em que tenha tido intervenção o Ministério das Finanças.

Não havia negociações envolvendo o Ministério das Finanças até ao dia 14 de junho. No dia 15 eu já vim aqui ter com o Sr. Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, para — enfim, contingências da vida — terminar o meu mandato de Deputado, porque eu tinha sido eleito, e não havia negociações.

Portanto, não havia nenhuma negociação para aquisição de participações sociais com os privados envolvendo o Ministério das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Governador e Sr. Deputado.

Recolhi, da sensibilidade aos diferentes grupos parlamentares, que poderíamos abdicar da 2.<sup>a</sup> ronda.

Assim sendo, passaríamos à 3.<sup>a</sup> ronda, mas eu sugeria, a menos que haja oposição nesse aspeto, que fizéssemos antes um pequeno intervalo de 5 minutos.

*Pausa.*

Querem continuar? Então, vamos continuar. Aceitam-se inscrições.

Deputado Filipe Melo, Deputada Patrícia Dantas... são dois Srs. Deputados, então.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Mário Centeno, muito rapidamente, até porque a 1.<sup>a</sup> ronda foi produtiva, mas há dois ou três temas aos quais gostava de voltar.

O Sr. Doutor disse, em relação ao dossiê TAP — não foram estas as palavras, mas aproximadamente —, que não estava envolvido muito diretamente, por isso é que tinha lá um secretário de Estado, que, à data, era Mourinho Félix.

O que lhe pergunto objetivamente é: naturalmente que confiava no seu secretário de Estado, por isso é que o nomeou, mas, quando havia decisões de fundo relativamente à TAP, Mourinho Félix falava regularmente com o Sr. Doutor, pedia autorização para determinados temas mais sensíveis, ou decidia sozinho? É que, se decidia sozinho, eu fico um pouco desconfortável, porque Hugo Mendes também decidia sozinho e deu no que deu — isto nas Infraestruturas, não é?

Ainda relativamente a Lacerda Machado, o tal que tinha uma opinião completamente díspar da que tinha o Sr. Doutor em relação à VEM, disse que houve pressão política para votar contra o orçamento da TAP em 2020. Sabemos que não foi por parte do Ministério das Finanças, mas sim das Infraestruturas, do Secretário de Estado, à data, Alberto Souto de Miranda.

O que lhe pergunto é: sendo o orçamento uma questão de tutela financeira, por que motivo, mais uma vez, as Infraestruturas se metiam onde não deviam? Já à data o Ministro das Infraestruturas tinha o mesmo poder que Pedro Nuno Santos, que cavalgava por cima de João Leão e Fernando Medina? Era assim que se passava também no seu tempo, ou o Ministro das Finanças, ou o secretário de Estado, não tinha uma palavra a dizer sobre esta pressão feita a Diogo Lacerda Machado?

Sobre a tal questão, que o Sr. Doutor desmistificou, e bem, da não reversão da privatização, algumas alterações em relação à estrutura foram logo a seguir à tomada de posse. Era algo que já estava pensado? Foi o

Primeiro-Ministro que quis? Foi o Ministro das Finanças? Foi o Ministro das Infraestruturas? Quem é que tomou esta decisão? Ou foi em conjunto?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Dantas, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Dantas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Prof. Dr. Mário Centeno, já nos referiu aqui que, no fundo, o Programa do Governo foi cumprido, porque previa o controlo da TAP.

Deduzo que esse Programa do Governo venha na sequência do programa eleitoral, que também dizia que pretendia manter a maioria do capital na TAP, não obstante este programa eleitoral ser contra o Memorando da Troica, assinado por si em 2011, e ser um programa eleitoral que não ganhou as eleições em 2015.

Também já nos disse aqui que todos os objetivos foram cumpridos pelo Governo e, inclusive, manifestou a sua posição mais favorável à introdução de sete administradores no Conselho de Administração da TAP, em vez da constituição da comissão paritária que estava prevista.

A verdade é que chegámos a 2020 e a TAP tinha uma situação muito má. Era tão má que não era suficiente uma compensação covid de 1,2 mil milhões de euros, nem sequer o apoio do *layoff*, que, também já foi dito aqui, representou 10 % do *layoff* de todo o País, num total de 127 milhões, era suficiente para sustentar esta empresa e aguentá-la dentro da esfera pública, o que obrigou a que cada português tivesse de meter mais 200 €.

A minha questão aqui é: já se falou muito do que foi feito, mas eu gostava, sinceramente, de ter a sua opinião sobre o que não foi feito pelo Governo do Partido Socialista e pelo Ministério das Finanças, o seu Ministério das Finanças, entre 2015 e 2020, para que a TAP chegasse a junho de 2020 nessa situação.



Queria também questioná-lo se nos podia explicar, com detalhe, para que possamos compreender, como é que, na sua altura como Ministro das Finanças, era a relação do Sr. Ministro das Finanças com o Sr. Ministro Pedro Marques e o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, ambos das Infraestruturas, e que comentários nos pode fazer quanto à desarticulação crescente que verificámos entre o Ministério das Infraestruturas e o das Finanças, sendo que soubemos até que houve uma informação escrita sobre a única porta para o Governo ser via Ministério das Infraestruturas.

Por último, queria só questionar se, já na sua qualidade de Governador do Banco de Portugal, tem acompanhado as decisões dos tribunais europeus, o Tribunal Geral e o Tribunal de Justiça, relativamente aos apoios que foram dados à Lufthansa e a companhias aéreas italianas, onde os auxílios de Estado foram considerados ilegais, e se acha que isso pode apresentar um risco adicional para Portugal e também para a TAP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Governador.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Melo, e também serve um pouco para responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Dantas: sobre os Ministros das Finanças, pelo menos sobre este ex-Ministro das Finanças, às vezes dizem, e é verdade, que não somos ministros, estamos ministros, mas depois, quando deixamos de ser ministros, não somos outra coisa que não o termos sido ministros. Portanto, isto é uma coisa um pouco difícil de gerir.

*Risos.*

Confesso-vos, para quem passou por esta experiência, que não sei muito bem nunca qual é a figura que vai ser associada às minhas respostas.

Mas, enquanto Ministro das Finanças, eu tinha um contacto permanente com todos os meus secretários de Estado e todas as decisões eram tomadas estrategicamente.

Uma vez até revelei que, nos dias da entrega do Orçamento do Estado, o meu telemóvel chegou a marcar mais de 12 km percorridos, no Ministério das Finanças, entre secretarias de Estado — a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Fátima Fonseca está a rever-se neste circuito —, que eram momentos sempre de grande trabalho coletivo e de grande interação.

Portanto, quero deixá-lo descansado, Sr. Deputado Filipe Melo, porque a confiança que depositei em todos os meus secretários de Estado, em particular naqueles que ocuparam, ao longo do tempo, a pasta do Tesouro, é total.

Note que em fevereiro de 2016, quem assina o Memorando sou eu, não é o meu secretário de Estado. Fui eu que, depois de várias noites ao telefone com a Comissão Europeia e no Parlamento, no sábado, a seguir a ter entregado o Orçamento na sexta, estava no Ministério das Infraestruturas a assinar o Memorando.

É evidente que a preocupação do Ministério das Finanças sobre esta matéria era muito clara, e eu deixei-a muito clara aqui para os Srs. Deputados.

A centralidade que as questões financeiras têm, ainda hoje, no País pode hoje ser tida com um determinado espaço para respirar, digamos assim, mas, naquela altura, elas eram de uma transcendência total. Portanto, no Governo, isso era totalmente entendido. Todos os meus também colegas de Governo — Pedro Marques, Pedro Nuno Santos — que ocuparam estas pastas enquanto eu fui Ministro das Finanças tinham esta preocupação em mente, e tenho a certeza de que isso acontecia assim.

Claro que, depois, isto não dispensava o Ministério das Finanças. Há pouco referi o contexto de a TAP não estar sujeita às cativações, mas se

calhar até tinha dado algum jeito. Eu sei que os Srs. Deputados, depois, até iam valorizar um pouco mais as cativações e a forma como os meus Ministérios as utilizaram, porque o País, confesso, beneficiou muito disto, e também não ia ser só por causa disso que na TAP a coisa iria correr pior.

Mas a verdade é que não estava no perímetro, não era um objetivo que estivesse no perímetro. Nós não tínhamos o menor interesse, e não iríamos fazê-lo, o que quer que fosse, se a dívida da TAP, os défices da TAP, que naquela altura existiam, fossem penalizar as contas públicas diretamente naquilo que é a visibilidade que as contas públicas têm para todos.

A melhoria da situação financeira da TAP, que foi gradual — o Sr. Deputado Bruno Dias disse-o muito claramente —, aquilo que ainda não era cumprido no plano de negócios da TAP ao longo destes anos, mas a verdade é que a TAP fez um esforço de refinanciamento e com isso desonerou o Estado. É objetivo.

O aditamento ao acordo de acompanhamento financeiro da TAP mostra-o em fevereiro de 2020, dias antes de se começar a saber dos primeiros casos de covid: o Estado tinha conseguido, juntamente com a TAP, reduzir a sua exposição financeira — 70 % foi o número que o Sr. Deputado Bernardo Blanco aqui nos trouxe. É isso. Foi isso que aconteceu, era esse o foco do Ministério das Finanças e era esse o objetivo que o Ministério das Finanças tinha naquele momento.

O peso das Finanças é sempre muito grande, em particular em países que têm a dívida que Portugal tem. Enfim, nós às vezes até pedimos desculpa por existir, mas estamos ali. Ora, nas Finanças há um objetivo muito claro, que é o de conciliar imensas necessidades e recursos muito pouco abundantes. Isto é geral, não tem só a ver com o nível de desenvolvimento do país, mas é particularmente acutilante aqui.

Portanto, não só não havia oposição política dentro do Governo, como havia a consciência plena de que a hierarquia de princípios tinha muito claro

quais eram os políticos, quais eram os estratégicos setoriais, quais eram os financeiros, e que eles todos tinham de ser casados.

Enquanto isso não aconteceu, o acordo não foi fechado. Levou muitos meses a negociar, levou muito tempo a preparar, mas foi exatamente aquilo que foi feito para cumprir o Programa do Governo. Estava inscrita, no Programa do Governo, uma ação neste sentido — não os detalhes, mas as grandes linhas, porque é o que está no Programa do Governo —, depois tivemos de encontrar a forma de o fazer, até porque a forma de o fazer e de o concretizar dependia de coisas que, naquela altura, nós não sabíamos.

O Sr. Deputado pode ter a certeza. Enfim, trabalhei muitos anos no Banco de Portugal antes de ser Ministro das Finanças. Não tratava da área financeira no Banco de Portugal, mas, obviamente, tinha contacto com essas dimensões.

Quando chego ao Governo e sou confrontado com as dificuldades que o BANIF tinha e em que a Caixa Geral de Depósitos se encontrava... Eu não conhecia os detalhes todos daquela situação, tínhamo-nos preparado bastante, mas há sempre surpresas. E nós, só com essa humildade de assumir que, perante um princípio estratégico, como referi aqui no início, sem caminhos únicos, sem vias únicas... É que as vias únicas normalmente não têm saída, obrigam-nos a voltar para trás. Foi isso que o País fez durante muitos anos, e é por isso que continuamos a ter comissões parlamentares de inquérito como esta, que são totalmente justificadas, mas porque nos metemos muitas vezes em vias únicas. Não devemos fazê-lo. É o conselho que aqui deixo, da experiência que tenho e daquela que é a minha postura negocial, sempre. E o Sr. Deputado Bruno Dias sabe muito bem o que estou a dizer.

Eu, na verdade, não assinei nada em 2011, porque não tinha funções dirigentes. Na altura, participei, enquanto Diretor-Adjunto do Departamento de Estudos Económicos, na análise económica do programa, junto do Banco

Central Europeu, porque o Banco de Portugal faz parte do Eurosistema e havia muitas contingências financeiras nesse momento, como todos bem nos recordamos.

Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Dantas, aquilo que sabíamos da boca da Sr.<sup>a</sup> Ministra das Finanças, à altura do XX Governo, era que, no início de novembro, a TAP poderia não pagar os salários no fim desse mês. Portanto, a situação financeira era crítica, dramática, mesmo. Passava por um acordo com os bancos que estabilizasse a situação financeira e passava por uma privatização, que foi feita, enfim, legitimamente, legalmente. Ninguém disputou legalmente a privatização.

Podemos dizer que, politicamente, poderia haver alternativas e que aquele Governo tinha, dois dias antes, visto o seu programa chumbado na Assembleia da República, mas legalmente ninguém disputou essa... E um Governo legitimamente eleito é um Governo cujo programa passa na Assembleia da República.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, enfim, não estamos nesse debate, mas é evidente que as decisões que o XXI Governo tomou são todas legítimas, legais, democráticas e com sustentação na Assembleia da República. Foi isto que aconteceu.

Nós podemos tentar construir aqui cenários. Eu não vou fazer muita futurologia, mas, olhando para trás, aquilo que foi feito no Ministério das Finanças e no contexto do tema TAP foi feito com um objetivo, que, no período imediatamente antes da pandemia, estava a ser cumprido, porque a exposição do Estado à TAP estava a ser reduzida e porque o risco TAP para as contas públicas estava a reduzir-se.

Se a empresa conseguia fazer um IPO (*initial public offering*) que colocasse novos investidores ou a proposta da Lufthansa, não sabemos. Na verdade, não vamos nunca chegar a saber, porque esse tempo já passou, não conseguimos passar por esse momento outra vez.

Aquilo que eu desejo é que a TAP, no contexto do início do processo de recuperação que foi conseguido através da aprovação pela Comissão Europeia daquele empréstimo, possa ter futuro. O custo vamos todos conseguir avaliar daqui a uns anos. Podemos achar, uns mais do que outros, que ele é alto. Ele é, com certeza, significativo para Portugal, e eu acho que temos todos, todos, a exigência sobre nós de que isso aconteça.

As decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia são decisões sobre as legalidades das decisões da Comissão Europeia, por isso a Comissão Europeia é tão conservadora ao decidir processos desta natureza, e cautelosa.

O historial da Comissão Europeia não é de perder processos nestas instâncias, e, precisamente como eu dizia ao Deputado Bernardo Blanco, eu podia até subscrever aqui o conforto que uma decisão da Comissão Europeia me dá nestas circunstâncias, enquanto decisor público e político em Portugal.

É evidente que todas elas têm de ser construídas, todas têm de ser negociadas. Às vezes não conseguimos todos os desideratos que queríamos perante situações que nos parecem de forma distinta. Estou aqui a recordar a dificuldade que foi, em 15 dias, negociar a resolução do BANIF, assim que essa via negocial com a Comissão Europeia se iniciou. Foram dias muito difíceis, muito difíceis.

Portugal não conseguiu fazer valer todos os seus pontos de vista, mas há sempre uma análise que temos de fazer, que é qual é a consequência de falharmos. E a consequência de falharmos neste momento era a TAP deixar de existir, era o BANIF entrar em 2016 e haver perdas nos depósitos, que era a consequência que ia acontecer.

Estes momentos devem-nos fazer pensar como é que nós, enquanto decisores, olhamos para estas questões e, com alguma tranquilidade, podemos esclarecer estes processos sem onerar mais o debate público em Portugal com temas que, na verdade, não são centrais. E por isso estou muito orgulhoso das perguntas que me fizeram hoje.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se me permitir, há só uma pequena questão que, certamente, como foram muitas, o Sr. Doutor pode não ter registado. É normal, são muitas, e em simultâneo.

Portanto, se o Sr. Presidente me permitir, eu colocava-a novamente, porque me parece relevante.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tem a ver com a questão do orçamento, o orçamento para 2020 na TAP.

Certamente, quando o Sr. Doutor se referiu, duas vezes, e bem, à importância de o Estado ter presença no Conselho de Administração para estar representado, referia-se a essa presença como a possibilidade de veto ao orçamento, de chumbo ao orçamento.

Uma vez que foi por parte das Infraestruturas a tal pressão política sobre Lacerda Machado para votar contra o orçamento e o mesmo se recusou a fazê-lo, pergunto: o Ministério das Finanças partilhava desse pedido de chumbo ao orçamento, ou não foi consultado, ou terá dado um parecer diferente?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Governador.

O Sr. Dr. **Mário Centeno**: — Na verdade, o orçamento foi aprovado, portanto, podemos sempre questionar o que é que aconteceu para que o orçamento fosse aprovado, e o Ministério das Finanças esteve de acordo em que o orçamento fosse aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos, então, a nossa reunião.

Sr. Governador, muito obrigado, uma vez mais, pela sua presença nesta Comissão.

Até amanhã e boa noite a todos.

Está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 40 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.